



Requalificação do Espaço Público

Caso de estudo: Jardim da Praceta Gil Vicente – Quinta da Carreira, São João do Estoril

João Guilherme Maçarico Bernardes

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura Paisagista

Orientadores: Prof. Doutor Luís Paulo Faria Ribeiro

Mestre Arq. Paisagista Gonçalo Anastácio

Júri:

Presidente: Doutor Pedro Miguel Ramos Arsénio, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Vogais:

Doutor Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, orientador;

Mestre Ana Luísa Arrais Falcão Beja da Costa, na qualidade de especialista.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Luís Paulo Faria Ribeiro por ter aceite este desafio, conseguindo dedicar parte do seu tempo para me orientar neste trabalho final de curso e por partilhar a sua experiência e sabedoria não só como professor mas como excelente profissional.

Ao Chefe da DGEV, Dr. Luís Guerreiro, por permitir a realização do estágio curricular nesta divisão. Por ter apostado em mim, proporcionando uma aproximação da realidade de trabalho onde consegui ver os projetos que elaborei a serem executados.

A toda a equipa da DGEV, pela hospitalidade, e pela boa integração durante estes meses. Aos técnicos por me terem ajudado e acompanhado, fazendo com que crescesse profissionalmente e aos administrativos pela acomodação presenteando sempre o material adequado para eu trabalhar eficientemente.

Um especial agradecimento ao Arq. Paisagista Gonçalo Anastácio, pelo tempo que dedicou para me acolher e pela toda a sabedoria que me transmitiu neste período de tempo, desenvolvendo as minhas capacidades profissionais e cognitivas. Às Arq. Paisagistas Inês Basto e Rita Herédia, que como colegas de profissão, sempre contribuíram para o melhoramento e riqueza dos projetos que tive a oportunidade de fazer.

À minha família pelo apoio que me tem dado fora do ambiente de trabalho.

A todos, o meu Obrigado

RESUMO

A requalificação do espaço público passa por uma análise integrada dos objetivos do ordenamento e planeamento do território, das necessidades das comunidades, dos elementos físicos que estruturam o espaço e por último, da visão e conceção do próprio projetista. O sucesso do projeto resulta da assimilação desta análise com as características que proporcionam o bem-estar e o sentido de lugar de uma dada população, tornando o espaço atrativo, seguro e bem integrado na envolvente.

O objetivo deste trabalho é a recolha de conceitos e ferramentas no âmbito do desenho do espaço urbano, que permita desenvolver uma proposta que vise a requalificação da Praceta Gil Vicente, localizada em São João do Estoril, no concelho de Cascais.

Este projeto foi elaborado no âmbito do estágio curricular do Mestrado em Arquitetura Paisagista no Instituto Superior de Agronomia em parceria com a Divisão de Gestão da Estrutura Verde na Câmara Municipal de Cascais.

A proposta foi apresentada e discutida com as entidades locais, que apresentaram alternativas. Posteriormente iniciou-se a obra, que foi devidamente acompanhada e fiscalizada. A pretensão visa a criação de um ambiente equilibrado para os moradores e visitantes assim como a criação de um espaço verde multifuncional.

Pretende-se que este trabalho contribua para o desenvolvimento de melhores práticas para a requalificação dos espaços públicos assim como melhorar a estrutura verde do município de Cascais.

Palavras-chave: Espaço Público Urbano, Arquitetura Paisagista, Requalificação, Praceta Gil Vicente, São João do Estoril-Cascais

ABSTRACT

Requalifying the public space requires an integrated analysis of the land use planning objectives, the community needs, the structural elements of the space and, finally, the designer's own vision and conception. The project's success results from integrating this analysis with the features that provide the well-being and sense of place of a given population, making the space attractive, safe and adequately framed in the surroundings.

The goal of this work is to collect concepts and tools regarding the design of the urban space, in order to allow the development of a proposal to requalify Praceta Gil Vicente, located in São João do Estoril, in Cascais council.

This project was developed for the curricular internship of the Master in Landscape Architecture from Instituto Superior de Agronomia, in partnership with the Green Structure Management Section of the Cascais Municipality.

The proposal was presented and discussed with local entities, which also presented alternatives. Afterwards the construction began, having been properly followed and inspected. The goal is to create a balanced environment for residents and visitors, as well as a multifunctional green space.

We intend this work to contribute for the development of better practices in requalifying public spaces and also for the improvement of the green structure of Cascais Municipality.

Keywords: Urban Public Space, Landscape Architecture, Requalification, Praceta Gil Vicente, São João do Estoril-Cascais

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
ÍNDICE GERAL	iv
ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS	vi
INTRODUÇÃO	1
1. Espaço Público – Caracterização e intervenção	3
1.1. Identidade.....	3
1.2. Critérios para o desenho urbano	7
1.2.1. Elementos.....	7
1.2.2. Métodos de avaliação.....	9
1.3. Participação da comunidade.....	11
2. Estágio efetuado na Divisão da Gestão da Estrutura Verde da Câmara Municipal de Cascais	14
2.1. Enquadramento e objetivos do estágio	14
2.2. O município de Cascais.....	16
2.3. Programas e ferramentas de trabalho	16
2.4. Competências e aprendizagens adquiridas	20
3. Proposta de Requalificação da Praceta Gil Vicente.....	27
3.1. Enquadramento e Análise.....	27
3.1.1. Análise Ecológica e Biofísica.....	29
3.1.2. Análise Histórica	32
3.2. Estudo Prévio	35
3.2.1. Objetivos.....	35
3.2.2. Caracterização da situação existente	35
3.2.3. Proposta de Arquitetura Paisagista	36
3.3. Peças desenhadas	39
3.3.1. Plano Geral	40
3.3.2. Plano de Implantação Altimétrica	41
3.3.3. Plano de Implantação Planimétrica	42
3.3.4. Cortes representativos	43
3.3.5. Plano de Pavimentos.....	44
3.3.6. Plano de Drenagem	45
3.3.7. Plano de Plantação de Árvores e Arbustos	46

3.3.8. Plano de Plantação de Herbáceas e Sementeiras	47
3.3.9. Plano de Rega	48
3.3.10. Plano de Negativos para ligações	49
3.4. Projeto de execução	50
3.5. Estimativa de custos (1ªVersão)	56
3.6. Acompanhamento e fiscalização de obra.....	63
CONCLUSÃO	70
BIBLIOGRAFIA	72
ANEXOS	75

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Quadros:

Quadro 1 – Estratégias do Espaço Público para a Identidade Urbana6

Quadro 2 – Tipos dos elementos da imagem urbana.....8

Quadro 3 – Estimativa de Custos do Jardim da Praceta Gil Vicente (1ª versão)49

Figuras:

Fig.1 - Diagrama do Lugar – método de avaliação do espaço consoante critérios intuitivos e qualitativos9

Fig.2 - Diferentes direções e divisões da Câmara Municipal de Cascais.....15

Fig.3 - Plano de Pormenor da Quinta da Carreira.27

Fig.4 – Terreno antes da intervenção.....35

Fig.5, 6 e 7 – Figuras ilustrativas do anfiteatro natural.....35

Fig.8, 9 e 10 – Figuras ilustrativas de interação familiar – Campo de jogos tradicionais e Parque Infantil.....36

Fig.11, 12 e 13 – Figuras ilustrativas de parques de merendas e pérgula de Madeira.....36

Fig.14, 15 e 16 – Figuras ilustrativas de bacias de retenção.....37

Fig.17, 18 e 19 – Figuras ilustrativas de jardins aromáticos.....37

Fig. 20 e 21 – Figuras ilustrativas da micro-modelação e da plataforma MOBI Cascais.....37

Fig. 22 – Plano Geral – Fase de Estudo prévio (Versão 1).....38

Fig.23, 24 e 25 – Figuras ilustrativas do bebedouro, mesas de jardim e pérgula.....53

Fig. 26 – Proposta dos equipamentos infantis pela Cascais Ambiente.....54

Fig. 27 a 40 – Fase de construção – Junho 2017.....	62
Fig. 41 a 48 – Fase de construção – Agosto 2017.....	63
Fig. 49 a 61 – Fase de construção – Setembro 2017.....	64
Fig. 62 a 80 - Fase de Inauguração – Setembro 2017.....	66

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMQC – Associação de Moradores da Quinta da Carreira

CA – Cascais Ambiente

CEVAR – Conservação de Espaços Verdes em Áreas Reduzidas

CMC – Câmara Municipal de Cascais

DGEV – Divisão de Gestão da Estrutura Verde

DIT – Departamento de Intervenção Territorial

DMGIT – Direção Municipal de Gestão e Intervenção Territorial

GDCC – Gestão documental da Câmara de Cascais

PDM – Plano Diretor Municipal

ROSM – Regulamento de Organização dos Serviços Municipais

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SPO – Sistema de Processos de Obras

INTRODUÇÃO

Os lugares públicos constituem componentes fundamentais de uma cidade. Tratam-se de espaços de acesso e utilização comum pelos habitantes e visitantes, e onde as pessoas se encontram, riem, choram ou apaixonam-se e é daí que surge o interesse deste trabalho. Enquanto arquiteto paisagista e observador da cidade, sempre me entusiasmei com a ideia de poder contribuir no planeamento citadino dando a minha cooperação em prol de uma vivência urbana sustentável. O desenvolvimento de projetos para o melhoramento ou requalificação do espaço público permite que estes sejam vividos e lembrados por todas as gerações.

No âmbito da presente dissertação apresenta-se em primeiro lugar uma reflexão sobre um conjunto de conceitos relacionados com a estrutura e a imagem de cada espaço urbano. Estes conceitos possibilitam o desenvolvimento de metodologias que através da interligação das diferentes componentes (por exemplo conforto, segurança, acessibilidade) permitem justificar e fundamentar as intervenções de requalificação do espaço público, melhorando o seu “*design*” e transformando-o num espaço com sucesso.

O espaço público é o reflexo da comunidade e é mais do que um espaço meramente vazio com pessoas, mas sim algo vivo, multifuncional e simbólico onde se desenvolvem memórias comuns. Considerando esta forte interligação entre o espaço público e a população que o utiliza, na sua conceção, é fundamental a articulação entre a composição dos elementos físicos que estruturam os espaços e a participação dos moradores (próximos e afastados, visitantes ou público no geral). O espaço deverá ser sempre visto como um bem de utilização livre, onde a articulação entre projeto e a comunidade permite encontrar soluções mais viáveis e aceites pela população, enfim, mais sustentáveis.

Posto isto, acrescenta-se que o presente trabalho não se tratará de apenas uma pesquisa ou de uma análise teórica que retrate “como planejar/requalificar o espaço público”.

Esta dissertação tem o intuito de partilhar uma experiência obtida através de uma oportunidade proporcionada pela articulação entre o Instituto Superior de Agronomia e a Câmara Municipal de Cascais, mostrando a metodologia que foi aplicada e os resultados que foram conseguidos durante as várias etapas de implementação do Jardim da Praceta Gil Vicente, desde a fase de estudo até a inauguração da obra.

Esta tese foi desenvolvida no âmbito do estágio curricular com a Câmara Municipal de Cascais, na Divisão de Gestão da Estrutura Verde (DGEV), onde adquiri um maior conhecimento na elaboração de projetos de Arquitetura Paisagista assim como no desenvolvimento de programas e conteúdos de natureza técnica no domínio do ambiente em geral.

Assim, no seguimento do estágio, foi-me proposta a elaboração do projeto de requalificação da Praceta Gil Vicente, com o intuito de responder ao pedido da Associação de Moradores local e de valorizar um espaço que tem sido abandonado ao longo de 40 anos.

Não existem arquitetos iguais assim como não existem obras iguais. As ideias e as estimas de cada um são reveladas nos seus projetos. Existem sim, fatores comuns em cada caso e conjuntos de soluções/métodos preferenciais que ajudam a melhorar um espaço, sendo que estes são o resultado de uma aprendizagem constante, pessoal e profissional.

1. Espaço Público – Caracterização e intervenção

“...el esp cio público es a un tiempo el esp cio principal del urbanismo, de la cultura urbana y de la ciudadanía. Es un esp cio físico, simbólico y político.”

Borja, 2000, p.8

1.1. Identidade

A cidade é um sistema complexo e fortemente relacionado com a maneira como a sua forma e estrutura se desenvolve.

Os padrões de utilização e/ou comportamento da população podem definir a estrutura da própria cidade e caracterizam-se essencialmente por duas componentes que se complementam. A primeira relaciona-se com a distribuição do censo populacional e a segunda pelas viagens que são feitas das habitações aos serviços/centros sociais e/ou recreativos da população.

Normalmente a cidade não tem o mesmo nível de atividade durante as 24 horas, sendo que grande parte da população se encontra nas suas residências entre a meia-noite e as 6 horas da manhã. Além das deslocações de casa-trabalho, as pessoas tendem a deslocar-se a espaços públicos onde desenvolvem atividades sociais extraprofissionais. Estes locais, muitas vezes, são considerados pontos de encontro, onde se encontram centros comerciais, parques, jardins, praças, ruas, etc.

Os pontos de encontro são condicionados pelo tipo de cidade em que vivemos, numa cidade monocêntrica, encontram-se essencialmente num núcleo denso e central da cidade e   possível perceber que maioritariamente a população que os usufrui são habitantes locais. As pessoas que residem na periferia da cidade não frequentam tanto estes espaços porque as suas deslocações são muito grandes, em contrapartida utilizam outros espaços, de hierarquias diferentes, que não tem o mesmo grau de valorização que o centro social e/ou econ mico.

Numa cidade policêntrica, os pontos de encontro, vão sendo distribuídos em vários núcleos ao longo da área metropolitana, facilitando o acesso a toda a população e reduzindo o tempo de deslocação.

Para Bertaud (2001), a maior parte das cidades monoc ntricas evoluem para cidades policêntricas.   medida que as cidades crescem de tamanho, tendem a criar novos

núcleos sociais e económicos á volta da área construída, dando resposta às necessidades da população criando áreas de serviço, de habitação e de lazer.

Nenhuma cidade começou como monocêntrica nem como policêntrica, apenas evoluíram numa direção. Algumas predominantemente monocêntricas, outras predominantemente policêntricas e outras são uma mistura das duas. (Bertaud 2001).

Por exemplo, a cidade de Lisboa começou a desenvolver-se a partir do Tejo, onde se reunia essencialmente o comércio e as trocas das mercadorias provenientes das embarcações que chegavam ao porto de Lisboa. Ao longo do tempo foram surgindo novos núcleos com funções distintas tornando-se numa cidade policêntrica. Cascais, surge como um núcleo secundário desenvolvido, inicialmente procurado pela oferta turística mas que hoje oferece condições de habitabilidade, serviços e de lazer.

Para que uma cidade consiga gerir bem a sua estrutura espacial é importante que os arquitetos e urbanistas acompanhem e ofereçam boas respostas por forma a controlar o mau planeamento urbano. A criação de aglomerados urbanos de génese ilegal ou a construção de infraestruturas nos leitos de cheia ou noutras áreas de conflito e a ausência de espaços verdes são alguns dos fatores que condicionam a qualidade de vida dos seus habitantes. Além disso, um bom sistema de transportes públicos, deslocções mais curtas e a consolidação dos seus aglomerados urbanos reduzem a necessidade de a cidade produzir mais energias, consequentemente menos poluição, e a pressão a que os sistemas naturais envolventes estão sujeitos.

Borja (2000) refere que um espaço público não é apenas um espaço vazio considerado público, mas sim um espaço físico multifuncional, simbólico e político onde as relações sociais se estabelecem. É um local que deve ser sempre visto como um bem de utilização livre, de acordo com um padrão de uso coletivo e socialmente aceite. (Brandão, 2011, p.34)

Um espaço público reflete-se assim na própria cidade, ou seja, é o reflexo da comunidade e das suas memórias comuns, podendo resultar, ou não, de uma articulação bem ordenada de todos os elementos das cidades, sejam eles ruas, praças e edifícios, entre outros.

Segundo Brandão (2011, p.37), a imagem do espaço público é feita *“através da percepção de valores intangíveis que se manifestam no espaço público, como o valor da pertença, emocional ou sentimental, ou o valor estético e simbólico, que a qualidade urbana se impõe no seu uso individual ou colectivo.”*

Esta percepção, é um resultado de um processo bilateral entre o observador e o meio, em que o meio sugere distinções e relações e o observador seleciona, organiza e dá sentido ao que vê. (Lynch, 1960).

Devido às suas características físicas, Lynch defende que um novo espaço pode parecer ter uma forte estrutura ou identidade própria.

Assim pode-se analisar um espaço em três componentes principais: (Lynch, 1960)

- Identidade – Uma imagem viável requer, em primeiro lugar, a identificação de um objeto, o que implica a sua distinção de outras coisas, o seu reconhecimento como entidade separável;

- Estrutura – A imagem tem de incluir a relação estrutural ou espacial do objeto com o observador e com os restantes objetos;

- Significado – O espaço tem de ter para o observador um significado quer prático quer emocional.

O espaço público pode ter diferentes tipologias, pode ser caracterizado por serem predominantemente locais de encontro, circulação e/ou lazer, ou a combinação destes. No entanto nem todos os espaços são projetados ou planeados, muitos deles derivam de situações de transição entre propriedades privadas e públicas ou de um vazio criado por uma urbanização ou equipamento. Estes podem ser chamados de “Espaços de transição” (Borja 2000) e podem ser vistos como oportunidades para a criação de espaços públicos qualificados criando inúmeras possibilidades para comunidade local.

Segundo Caldeira Cabral (2003), o espaço público, enquanto espaço verde urbano não deve ser apenas ponto perdido na malha urbana construída, mas sim constituir um continuo em toda a cidade.

Para além dos valores intrínsecos, hoje em dia, há uma tendência para que seja atribuída, a estes espaços, uma importância política e/ou estratégica, ou seja existem medidas que podem ser implementadas para valorizar um determinado espaço público projetando o município/instituição. Algumas destas medidas, tem o intuito de melhorar o conforto ou a imagem do próprio espaço contribuindo para o aumento do prazer e segurança na sua utilização.

Por vezes, a aplicação destas estratégias pode ser analisada sob duas perspetivas, se por um lado tentam valorizar o ambiente contando a história e a cultura local, por outro lado utilizam-no como meio de divulgação turística.

Neste contexto, o quadro 1 apresenta um conjunto de papéis estratégicos na concepção dos espaços públicos na ótica de Brandão (2011).

**Quadro 1 – Estratégias do espaço Público para a identidade urbana.
(Brandão 2011 p.36)**

Estratégias de Conhecimento	1 a) Identificação e nomeação	Promover opções de toponímia reconhecidas por um maior consenso social, através do envolvimento de atores locais
	1 b) Narrativa	Divulgação de discursos sobre os lugares e os elementos de tradição, de natureza literária, monográfica ou outra.
Estratégias de Legibilidade	2a) Sentido de paisagem e “espírito do lugar”	Sublinhar potencialidades decorrentes de valores paisagísticos permanentes no lugar
	2b) Referência urbana, forma, escala, centralidade	Sublinhar um carácter urbano acentuando nos mapas mentais as referências estruturantes do espaço.
	2c) Imagem e visibilidade	Reforçar o carácter icónico de <i>landmarks</i> de melhor qualidade visual, ou melhorar relações com o seu entorno
Estratégias de Apropriação	3a) Vivências, usos e utilidades	Estimular as condições que facilitem a presença de diferentes utilizadores do espaço e a sua interação.
	3b) Gestão, participação	Facilitar a intervenção dos utilizadores em decisões sobre a gestão do espaço e seu uso permanente ou temporário.
Estratégias de Celebração	4a) Evocação, comemoração	Processos envolventes da comunidade, celebrando acontecimentos, ciclos naturais ou outros relevantes.
	4b) História	Estudos e testemunhos da história local, explicação da evolução da forma dos lugares em diferentes períodos.
Estratégias de Projeção e Renovação	5a) Inovação	Estímulo a processos de renovação da identidade com proposta de valores de inovação positivos.
	5b) Criatividade, valor artístico, estética	Ações e processos de valorização da qualidade plástica com a recriação artística da imagem do espaço.
Estratégias de Significação	6a) Simbolismo	Monumentalização do espaço associada a elementos de significação com referentes simbólicos.
	6b) Marca, tema	Imagem de identidade visando públicos e conteúdos preestabelecidos com autenticidade.

1.2. Critérios para o desenho urbano

1.2.1. Elementos

Quando se pretende intervir num espaço, é importante perceber e analisar o conjunto de elementos ou fatores que a eles estão associados.

Cullen (1971) defende que a primeira análise de um espaço é feita através da visão, no entanto esta não se restringe apenas ao que é visível, mas sim a todo um conjunto de movimentos / reflexos que estão associados ao objeto. O autor até exemplifica que ao abrir a porta a alguém, para além do visitante, poderá entrar uma rajada de vento ou uma brisa de ar.

Paralelamente, ao olhar para um determinado espaço/objeto, vê-se por acréscimo o que lhe é alusivo. Assim, é possível considerar três aspetos (Cullen, 1971):

- Ótica – o espaço surge na maioria das vezes como uma sucessão de imagens que podem ser ocasionais ou espectáveis.

- Local – o sentido de localização serve para compreender o espaço em relação às suas aptidões físicas e sensoriais.

- Conteúdo – as conexões entre os elementos caracterizadores do espaço é que definem a sua forma e individualidade.

Em relação a este último parâmetro, além dos elementos físicos surgem outros fatores determinantes para a conceção do espaço, tais como a função social e/ou cultural, que, no entanto, não são possíveis de agrupar ou classificar por serem intrínsecos a cada local e/ou comunidade.

Lynch (1960) classifica os elementos físicos em cinco grandes tipos: vias, limites, bairros, cruzamentos e pontos marcantes (Quadro 2), sendo que nenhum deles pode existir isoladamente e deverão ser vistos como um todo.

Quadro 2. Tipos dos elementos da imagem urbana (Lynch, 1960, p.52-53).

Vias	“são os canais ao longo dos quais o observador se move, habitual, ocasional ou potencialmente. Podem ser ruas, passeios, faixas de trânsito, canais, caminhos-de-ferro. “
Limites	“são os elementos lineares não usados nem considerados pelos habitantes como vias. São as fronteiras entre duas partes, interrupções lineares na continuidade, costas marítimas ou fluviais, cortes do caminho-de-ferro, paredes, locais de desenvolvimento. (...) são, para muitos, uma característica organizadora relevante, particularmente quando se trata de manter unidas áreas diversas, como acontece no contorno de uma cidade por uma parede ou por água.
Bairros	“são regiões urbanas de tamanho médio ou grande, concebidos como tendo uma extensão bidimensional, regiões essas em que o observador penetra («para dentro de») mentalmente e que reconhece como tendo algo de comum e de identificável.”
Cruzamentos	“são pontos, locais estratégicos de uma cidade, através dos quais o observador nela pode entrar, e constituem focos intensivos para os quais e dos quais ele se desloca. Podem ser essencialmente junções, locais de interrupção num transporte, um entrecruzar ou convergir de vias, momentos de mudança de uma estrutura para outra. (...) podem, também, ser simples concentrações que se revestem de importância por serem a condensação de alguns hábitos ou pelo seu carácter físico (...) são o foco ou o «resumo» de um bairro.”
Pontos marcantes	“são outro tipo de referência, mas, neste caso, o observador não está dentro deles, pois são externos. São normalmente representados por um objeto físico, definido de um modo simples: edifício, sinal, loja ou montanha. (...) podem situar-se dentro da cidade ou a uma distância tal que desempenham a função constante de símbolo de direção. (...) outros pontos marcantes são essencialmente locais, podendo ser avistados apenas em regiões restritas e a certa proximidade. “

Durante a análise destes elementos, deve-se considerar que estes se encontram constantemente interligados, como Lynch refere “*os bairros contêm cruzamentos na sua estrutura, são demarcados por limites, cruzados por vias, e salpicados por elementos marcantes*” (Lynch, 1960, p.54). A fase final desta análise deverá reintegrar todos os elementos integrantes, reestruturando a imagem pretendida. É importante referir que estes elementos podem diferir consoante o tempo e se as circunstâncias de observação forem diferentes.

1.2.2. Métodos de avaliação

A construção de um espaço público é um processo colaborativo no qual deve existir uma conexão entre o que se projeta e a identidade física, cultural e social do próprio espaço, contribuindo para o sentido de pertença de cada cidadão.

A primeira etapa no desenvolvimento de um projeto no espaço, passa pela análise e observação do local. Existe um conjunto de componentes que não deve ficar esquecido, tais como a escala humana que determinará o próprio desenho, a existência de atividades culturais e/ou sociais e as infraestruturas para a realização das mesmas, o mobiliário urbano adequado e as necessidades da população. O conjunto e a articulação destas componentes, bem como as suas características: o conforto, a atratividade e a multifuncionalidade, garantem a qualidade e o sucesso do espaço público.

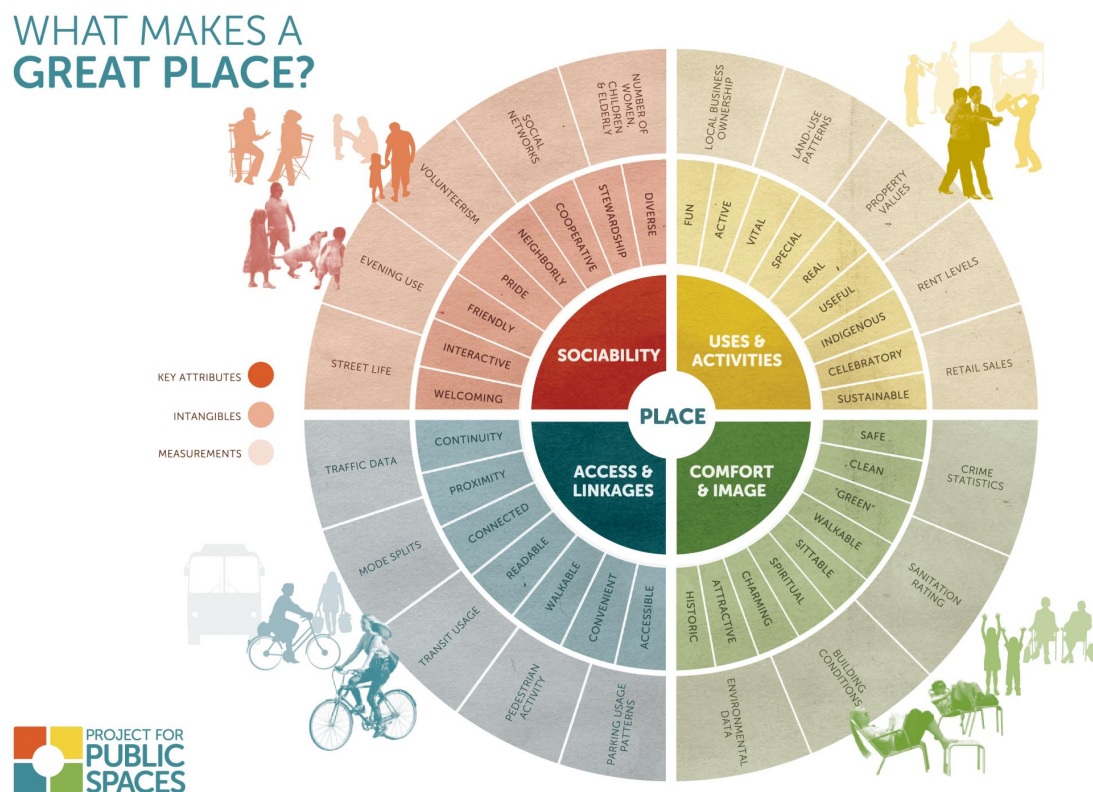


Fig. 1 – Diagrama do Lugar – método de avaliação do espaço consoante critérios intuitivos e qualitativos Fonte: Extraído de Project for Public Spaces (2012).

A organização norte-americana *Project for Public Spaces* apresenta um diagrama (“O Diagrama do Lugar”) onde se propõe um método de identificação dos valores que contribuem para o sucesso de um espaço público. Esta ferramenta permite avaliar um

espaço de acordo com quatro critérios: se é sociável e visitado –Sociabilidade; se contém atividades – Usos e atividades; se é confortável e se tem uma boa imagem – Conforto e Imagem; se é acessível – Acessos e Ligações.

Para melhor compreender o diagrama deve-se imaginar que o seu centro representa um lugar específico conhecido, por exemplo um parque. Este, pode ser avaliado de acordo com os quatro critérios da primeira coroa. De seguida, pode-se avaliar este espaço de acordo com os aspetos qualitativos e intuitivos descritos para cada critério que se encontram na segunda coroa. Na coroa exterior localizam-se os aspetos quantitativos como a taxa de criminalidades, condições de habitualidade, tráfego rodoviário, entre outros que podem ser medidos por estatística ou pesquisa.

A Sociabilidade, qualidade mais difícil de obter, é demonstrada pela interação entre as pessoas. O espaço deverá ser amigável e diverso no ponto de vista de quem o usa (predominantemente mulheres, idosos e crianças), deverá ter uma boa vizinhança dando às pessoas um forte senso de apego e/ou de lugar.

Quanto aos Usos e Atividades, o espaço deve ser ativo, útil e interativo. Deve ter algo que dê uma razão para as pessoas se sentirem bem e que tenham uma razão para voltar.

Um espaço Confortável e que apresente uma boa Imagem, dá uma sensação de segurança, de limpeza e de oportunidade de escolha para caminhar e /ou sentar.

Por último, os Acessos e Ligações, correspondem à conectividade com a envolvente, tanto visual como física. Além disto, os diferentes modos de transporte devem estar bem articulados e a acessibilidade ser de fácil de leitura.

Assim, é fácil perceber que um espaço público com sucesso está diretamente relacionado com:

- Os seus utilizadores, em especial a mulheres, crianças e idosos;
- As atividades que permitam maior interação social;
- Aspetos sensoriais e subjetivos, nomeadamente uma maior vitalidade de relacionamento entre as diferentes pessoas. Ou seja, as feições e expressões possíveis de observar são transmitidas de maneiras diferentes aos transeuntes.

No caso da requalificação do espaço público, surge muitas vezes a necessidade de melhorar ou transformar um local para que a sua utilização seja mais bem-sucedida. Nestes casos, é crucial a envolvência da comunidade durante este processo e em cada etapa da implementação – desde a ideia inicial ao pós-projeto.

As comunidades que desejam participar nestas intervenções fortalecem bastante, tanto a aprovação como o financiamento do próprio espaço, fornecendo apoio, cuidados, análises ou sugestões para o seu melhoramento.

1.3. Participação da comunidade

É importante perceber que qualquer espaço público se destina a servir uma comunidade, seja ele de grandes ou pequenas dimensões – desde um pequeno jardim num bairro até a um largo/praca de uma cidade.

No entanto o espaço não se destaca somente pela sua singularidade, mas também pelo conjunto de fatores externos que nele atuam. Por exemplo, o sucesso de um parque poderá ser afetado pela distância que o mesmo se encontra da urbanização, uma vez que a presença da população define bastante o seu sucesso, assim como revela os problemas ou dificuldades que nele se podem encontrar.

A partir desta ideia, tem vindo a ser desenvolvida nas últimas décadas, o conceito de Associação de Moradores. Estas, são associações que se definem como pessoa coletiva sem fins lucrativos. Muitas das pessoas que as integram, abdicam do seu tempo pessoal, familiar ou profissional para desenvolver eventos e/ou atividades pedagógicas que promovem o espírito comunitário dos seus habitantes melhorando e incentivando a vivência no seu bairro.

As associações de moradores muitas vezes tendem a promover a participação dos seus habitantes tentando, em parceria com as autarquias locais, solucionar e/ou discutir as necessidades dos vizinhos e dos seus moradores.

Ao longo deste caso estudo, tive a oportunidade de ser confrontado com o presidente da Associação de Moradores da Quinta da Carreira que, ao ouvir as suas propostas, contribuiu para o enriquecimento da minha experiência profissional e que, conseqüentemente, melhorou o resultado final da proposta aumentando a satisfação pessoal de cada morador.

Neste capítulo, defende-se a criação das associações de moradores como um dos fatores importantes para a perceção e desenvolvimento de qualquer proposta de intervenção. Como foi dito anteriormente, o espaço a ser requalificado não é proveito pessoal ou singular, mas sim um benefício coletivo, que corresponderá às necessidades

dos seus habitantes. Importa dar voz às pessoas que melhor conhecem o lugar, apresentando a sua história, cultura, dificuldades e/ou interesses.

Durante muitos anos, as razões para a criação das associações variavam consoante o local e o objetivo pretendido. Hoje, podemos destacar três razões fundamentais:

- Necessidade de criação de espaços recreativos, culturais e desportivos;
- Necessidade de criar momentos espaciais de convívio ou de sociabilidade entre as pessoas;
- Melhoria das condições de vida da comunidade, como por exemplo na área da segurança, recolha de lixo, transportes entre outros.

Muitas vezes existe uma barreira entre o poder público e a comunidade local gerando interesses de natureza diferentes. As associações de moradores pretendem atenuar esta diferença participando, juntamente com os técnicos, na inovação das atividades e na forma como as desenvolvem. No entanto existem muitos casos em que as ações das associações podem ajudar na administração do próprio concelho/freguesia. No caso da manutenção e gestão dos espaços verdes, sociais e/ou desportivos, estas ações podem facilitar a aproximação dos técnicos responsáveis com os moradores.

Assim, segundo o Manual das Associações de Moradores (2010), as suas intenções podem ser sintetizadas nos seguintes pontos:

- Defesa dos interesses de todos os moradores para o bem-estar social;
- Promoção da participação e cidadania;
- Preocupação com habitação e urbanismo;
- Acompanhamento de questões relacionadas com saúde, transporte e educação no território da Associação;
- Manutenção dos espaços comuns (jardins e espaços verdes);
- Promoção da criação de Parque infantil, Centro Cultural de Recreio ou Centro Desportivo;
- Área social, com serviços de apoio domiciliário, centro de dia e lares de terceira idade.

Cabe a nós arquitetos/projetistas saber identificar estas necessidades e oferecer respostas a cada uma delas.

A observação, neste contexto, é um fator determinante no entendimento de um espaço público. Pode-se aprender bastante apenas observando a vivência de um parque ou de uma praça. O comportamento e o padrão de utilização do espaço público pelas pessoas

nomeadamente, o que gostam e o que não gostam ou os constrangimentos que enfrentam são fatores que se apreendem após um comportamento frequente da população local.

Muitas das vezes o problema não é o tempo nem os custos inerentes à construção e/ou manutenção, mas sim a dificuldade de arranjar soluções imediatas e funcionais e é aí que a parceria com estas associações facilita o trabalho dos projetistas.

Se se tiver um objetivo em comum, estas parcerias podem contribuir financeiramente para uma determinada ideia que implique custos mais elevados ou arranjar uma alternativa que vá de encontro às necessidades dos moradores. Ou se, por outro lado, demorar tempo de mais, podem-se desenvolver ações de voluntariado e de apoio para a criação do próprio espaço, tal como a criação de feiras/mercados ou de espetáculos que poderão não só angariar fundos mas também desenvolver o espírito de comunidade e incentivar a participação da população vizinha.

É importante dar aos moradores um papel ativo na construção e planeamento do espaço, aumentando o seu entusiasmo e tornando-os também, de certa forma, responsáveis pelo mesmo. Importa então que a comunidade acompanhe estas mudanças e que, a seu devido tempo, consiga desenvolver soluções inovadoras e adequadas para cada tipo de situação.

No caso da arquitetura paisagista, o projeto nunca ficará totalmente concluído, pois depende de como, as comunidades e os espaços mudam ao longo do tempo. O projeto de hoje será diferente daqui a 50 anos e as respostas dadas às suas necessidades também se diferenciarão.

O projeto de espaços públicos deve ter a flexibilidade para acomodar novas circunstâncias nomeadamente sociais, no que diz respeito aos gostos e interesses da população, económicas no âmbito da sua gestão e da manutenção e/ou ambientais no caso de aumentar a estrutura ecológica e o número de espaços de verdes. Se conseguirmos aumentar significativamente a matéria verde não só proporcionaremos o acréscimo dos níveis de oxigénio assim como a diminuição do dióxido de carbono contribuindo para uma melhor qualidade de vida ambiental. A requalificação destes espaços poderá contribuir igualmente para o controlo da temperatura, do vento e da humidade, reduzindo a poluição, e minimizando o impacto das alterações climáticas.

2. Estágio efetuado na Divisão da Gestão da Estrutura Verde da Câmara Municipal de Cascais

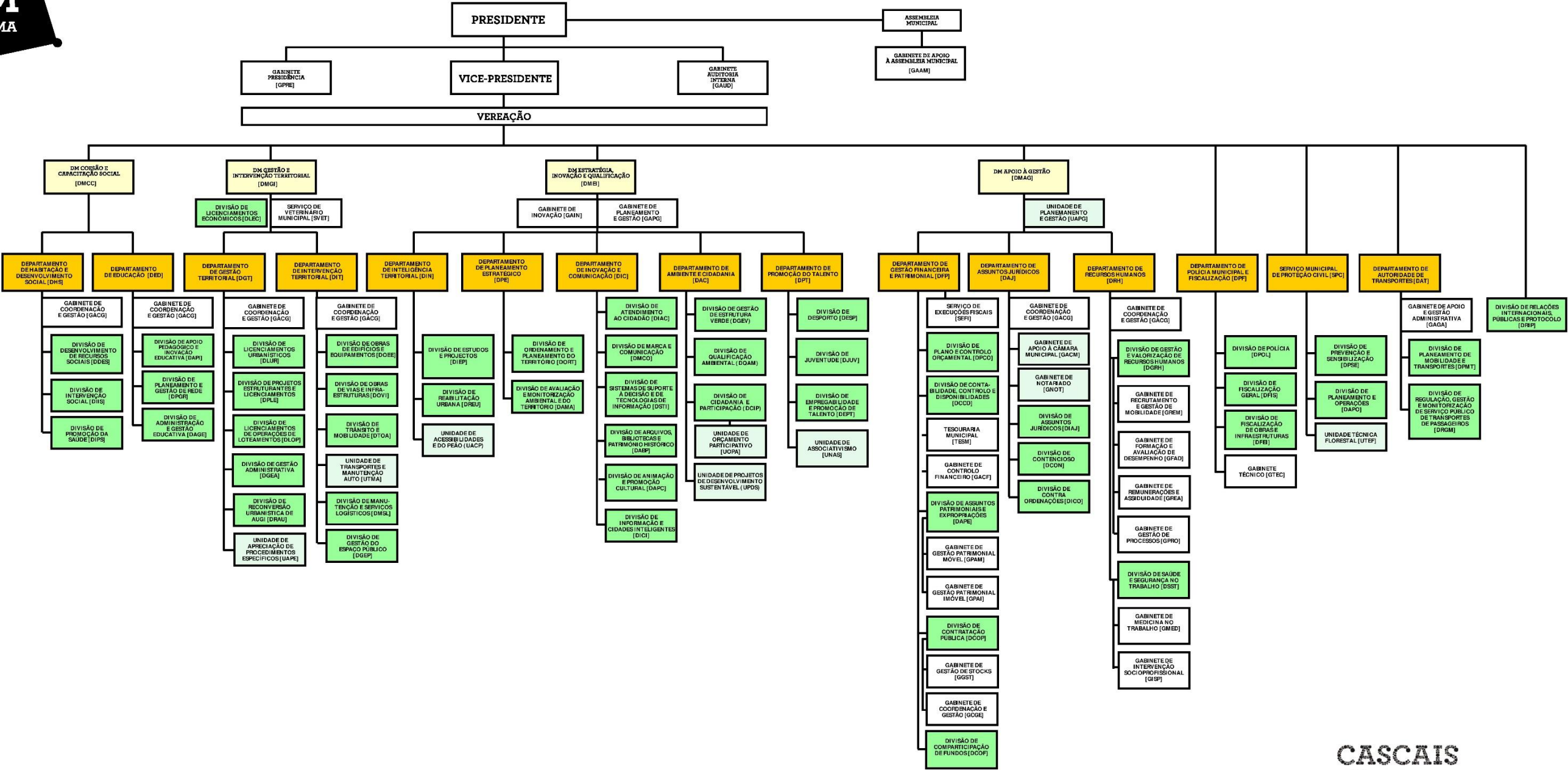
2.1. Enquadramento e objetivos do estágio

No âmbito do estágio curricular, integrado opcionalmente no curso de Arquitetura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, tive a oportunidade de, estagiar na Câmara Municipal de Cascais.

O estágio decorreu na Divisão de Gestão da Estrutura Verde (DGEV), que de acordo com a orgânica municipal, na altura, integrava a Direção Municipal de Gestão e Intervenção Territorial (DMGIT) que por sua vez integrava o Departamento de Intervenção Territorial (DIT). Esta divisão é responsável essencialmente pela gestão, manutenção e a contínua melhoria da qualidade e funcionalidade dos parques, espaços verdes urbanos, património arbóreo e viveiros municipais e elabora programas de intervenção para espaços exteriores e projetos de arquitetura paisagista em intervenções com predomínio desta componente. Além disso, é ainda da sua competência, a emissão de pareceres, avaliações e regulamentos sobre os instrumentos de gestão territorial ou sobre propostas para a transformação e ou ocupação do território na área dos espaços verdes municipais.

Atualmente, decorrente das eleições autárquicas de Outubro de 2017, a DGEV passou a integrar a Direção Municipal de Estratégia, Inovação e Qualificação (DMEI) que por sua vez integra o Departamento de Ambiente e Cidadania, como se pode ver no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM) na figura 2.

Na fase inicial de acolhimento, foi-me apresentado o Técnico Superior Arq. Pais. Gonçalo Anastácio designado como orientador do referido estágio. Pelo mesmo, foi-me dado a conhecer o funcionamento da DGEV, a respetiva estrutura e equipa de trabalho, os restantes técnicos que também me acompanharam, a caracterização do município, bem como aquele que viria a ser o trabalho final de curso.



2.2. O município de Cascais

O município de Cascais apresenta uma evolução urbana bastante significativa desde os seus primórdios como concelho até aos dias de hoje, acompanhada por um grande aumento da população. Esta evolução deu-se com base no reconhecimento turístico que sempre marcou esta região.

Cascais é um concelho que durante muito tempo viveu à base da pesca e da agricultura. Apesar de os solos apresentarem uma fertilidade limitada, destacou-se, por exemplo, a cultura e produção do vinho de Carcavelos, o qual trazia imensa fama ao concelho.

A caracterização agroflorestal era composta essencialmente por arborizações à base de pinheiros e eucaliptos enquanto as explorações agrícolas eram culturas de sequeiro de trigo, cevada ou centeio e algumas culturas hortícolas adaptadas às condições de fertilidade dos solos.

Desde cedo a população começou a proliferar junto à costa existindo apenas algumas habitações no interior devido à procura desta zona para veraneio e recreio. A sazonal presença da família real no litoral tornou-se um importante ponto de interesse para a população. Anos mais tarde, Cascais, recebe a linha de caminho-de-ferro, a qual foi fundamental para o desenvolvimento do concelho. Os poucos agregados urbanos junto à costa começaram a expandir-se em direção a Norte, e paralelamente surgem novos aglomerados no interior do concelho criando bastantes bairros clandestinos com condições básicas de saneamento, provocando desorganização urbana, principalmente nos antigos terrenos agrícolas. O crescimento urbano foi notável, a população aumentou e as urbanizações acompanharam esse crescimento. Hoje em dia, Cascais é o 5º concelho com maior número de população em Portugal.

2.3. Programas e ferramentas de trabalho

Ao longo do estágio tive a oportunidade de acompanhar vários programas/iniciativas da Câmara Municipal de Cascais assim como as ferramentas de trabalho que estão presentes na vida rotineira de cada técnico.

Dentro destes, é importante salientar as seguintes:

- Peças de trabalho e preparação para cada obra

- Ferramentas informáticas
- Brigadas da DGEV
- Programa CEVAR (Conservação de Espaços Verdes em Áreas Reduzidas)
- Fiscalização e manutenção
- Produção e fornecimento de espécies – Viveiros Municipais
- Orçamento participativo

Estes programas/ferramentas serão descritivos nos parágrafos seguintes:

Peças de trabalho e preparação para cada obra

Cada projeto feito pelos técnicos da DGEV, integra três fases. A primeira fase é composta pelo estudo prévio, onde se apresentam as principais ideias sobre a proposta, e é acompanhada por um Plano Geral, Memória Descritiva e Estimativa de Custo/Mapa de Quantidades. Uma vez aprovado pela direção superior, segue para a segunda fase- Execução. Nesta, são elaborados todos os planos cruciais para a execução da obra, nomeadamente: Planos de Implantação Altimétrica e Planimétrica, Pavimentos, Drenagem, Equipamentos e Mobiliário Urbano, Rega, Cortes ilustrativos, Pormenores de construção e, se for necessário, projetos de especialidades.

Uma vez, estando as peças desenhadas completas, inicia-se uma terceira fase que poderá ser executada internamente ou abre-se concurso externo para realização da obra, sendo esta, normalmente, acompanhada pelos projetistas responsáveis.

Ferramentas informáticas

A CMC adotou um conjunto de *software* que permite o desenvolvimento de projetos e que se encontram acessíveis a todos os seus técnicos. Assim, apresentam-se aqueles que se relacionam com a atividade de projetista que desempenhei, nomeadamente:

- GeoCascais
- GDCC – Gestão documental da Câmara Municipal de Cascais
- SPO – Sistema de Processos de Obras

Nos parágrafos seguintes descrevem-se estas ferramentas.

GeoCascais

A GeoCascais é um sistema de Informação Geográfica (SIG) que a CMC desenvolveu. Esta plataforma eletrónica permite aos municípios consultar documentos cartográficos assim como acompanhar alguns dos processos que vão sendo feitos no âmbito territorial do Concelho.

Como ferramenta de trabalho, permite perceber as entidades envolvidas e os diferentes trabalhos que vão sendo elaborados em diferentes obras. Ao longo do projeto, podem vir a surgir dúvidas acerca das redes de infraestruturas existentes no local de intervenção, do levantamento topográfico, entre outros. Com a GeoCascais podemos analisar esses problemas desenvolvendo uma possível solução de uma forma mais eficiente.

GDCC – Gestão documental da Câmara Municipal de Cascais

Os GDCC's servem essencialmente, como o nome indica, para gerir a documentação da Câmara Municipal de Cascais.

Todos os arquivos e pedidos que sejam registados estão presentes nesta plataforma. Permite uma fácil organização dos arquivos do Município e armazena-os eletronicamente. Nos GDCC's podem-se registar desde reclamações/pedidos feitos por parte dos municípios como encomendas de plantas, etc.

SPO – Sistema de Processos de Obras

O SPO – Sistema de Processo de Obras é uma ferramenta que permite uma boa gestão e planeamento do território municipal e serve essencialmente para gerir os processos de urbanismo e de edificação.

Este instrumento eletrónico, uma vez que armazena e regista estes processos, permite aos funcionários consultar toda a sua documentação tornando-se mais acessível avaliar ou dar apreciações no ramo urbanístico.

No caso da Arquitetura Paisagista, a profissão não está exclusivamente ligada aos espaços verdes, pelo que, muitas vezes é preciso dar resposta a conflitos que possam eventualmente surgir entre a estrutura verde e a estrutura edificada.

Brigadas da DGEV

A equipa da DGEV tem as suas próprias brigadas que executam obras de dimensões mais pequenas, podas, abates ou reparações/alterações que eventualmente possam

surgir. Por forma a rentabilizar a gestão da estrutura verde municipal, estas brigadas são responsáveis por um conjunto de trabalhos que ajudam a ter um melhor controlo qualitativo dos espaços verdes do concelho.

Programa CEVAR (Conservação de Espaços Verdes em Áreas Reduzidas)

Este programa tende a aumentar a relação entre os técnicos e os munícipes. Por forma a envolver a participação dos munícipes dos projetos elaborados, é dada a sua manutenção aos mesmos.

O seu objetivo essencial é a manutenção e requalificação dos espaços públicos através da participação voluntária dos munícipes organizados em associações, condomínios, etc. Os projetos desenvolvidos, os meios financeiros e o acompanhamento técnico, são da competência da Câmara de acordo com as solicitações transmitidas. Cabe aos munícipes garantirem a preservação do espaço verde, gerir os meios financeiros disponibilizados pelo município e implementar as indicações técnicas.

Fiscalização e manutenção

Uma das principais competências dos técnicos superiores da DGEV, paralelamente ao desenvolvimento de projetos, é a fiscalização e manutenção dos espaços verdes do concelho. Ao longo deste período tive a oportunidade de acompanhar o meu orientador enquanto procedia à fiscalização das suas próprias obras. É importante a participação do projetista, não só para controlar o crescimento da sua obra mas também para perceber os procedimentos e entidades envolvidas neste processo, e rapidamente resolver algum constrangimento que possa surgir.

Por norma, em qualquer projeto, é feita uma receção provisória que ocorre logo após a obra, ficando, a empresa ou a brigada responsável pela sua execução, encarregada pela manutenção no seu primeiro ano. No fim deste, é feita a receção definitiva e a manutenção desse espaço é passada normalmente para a Empresa Municipal Cascais Ambiente ou em alternativa, para a Junta de Freguesia.

Produção e fornecimento das suas espécies – Viveiros

Para fornecimento de plantas para os espaços verdes municipais, a Câmara reserva essencialmente três viveiros, a saber:

- Os viveiros da CERCICA, instituição que emprega indivíduos portadores de deficiência, com a qual a CMC tem um protocolo e que constitui um importante fornecedor de plantas (para além dos seus próprios viveiros).
- O viveiro municipal da Ribeira dos Mochos, em Cascais onde são essencialmente produzidos arbustos e herbáceas de carácter ornamental e/ou autóctone para uso nos Espaços Verdes municipais.
- O viveiro municipal de Vale de Cavalos, em Janes/Zambujeiro, onde se produzem essencialmente espécies de porte arbóreo.

Além destes viveiros, existe o Banco Genético Vegetal gerido pela Empresa Municipal Cascais Ambiente. Da mesma forma, constitui um importante papel no fornecimento de plantas para os nossos viveiros, bem como contribui para a conservação e preservação da flora autóctone florestal, litoral e ornamental.

Orçamento participativo

Este programa oferece aos munícipes uma oportunidade de apresentar propostas de intervenção que julguem necessárias, podendo mesmo designar locais e intenções específicas. Estas propostas são votadas e poderão vir a ser realizadas desde que se cumpra o montante disponível previamente definido e que não cause um impacto negativo na estrutura municipal.

Quando se tratam de propostas de intervenção no âmbito de Arquitetura Paisagista, ou seja espaços verdes públicos, de estadia, de recreio e/ou enquadramento, poderão ser elaboradas e executadas pela própria DGEV. No caso de ser elaborados por outros, a DGEV pode apreciar a proposta e deve acompanhar/ fiscalizar a obra até a receber, após o seu término.

2.4. Competências e aprendizagens adquiridas

Neste subcapítulo apresentam-se as competências e aprendizagens adquiridas nos últimos meses. Como tal, este será organizado tendo em conta os projetos acompanhados e elaborados assim como as visitas e participações em reuniões. Em todos estes projetos, foi feita a visita ao local antes de qualquer tipo intervenção e foi sempre acompanhada pelo devido projetista responsável pela obra.

No âmbito do estágio, elaborei os seguintes 10 projetos (incluindo reuniões de obra, estudo prévio e projeto de execução) que se passam a descrever de forma sintetizada:

Requalificação do passarinheiro do Jardim dos Passarinhos, Monte de Estoril

Objetivo: Recuperação de infraestruturas

Descrição: Criação de um modelo em 3D para a substituição do passarinheiro existente no Jardim dos Passarinhos no Monte de Estoril.

Requalificação dos pavimentos do Parque Marechal de Carmona

Objetivo: Requalificação do espaço público

Descrição: Requalificação e sinalização dos pavimentos degradados assim como solucionar os problemas de drenagem no Parque Marechal de Carmona em Cascais.

Estudo sobre o estado de três exemplares de *Tamarix gallica* (tamargueira), Cascais

Objetivo: Relatório de investigação

Descrição: Elaboração de um relatório apresentando as possíveis causas de enfraquecimento de três tamargueiras em Cascais.

Requalificação do entroncamento entre a Rua das Oliveiras da Marinha e estrada do Guincho – Entrada para a Quinta da Marinha, Cascais

Objetivo: Requalificação do espaço público

Descrição: Requalificação do entroncamento entre a Rua das Oliveiras da Marinha e a estrada do Guincho em Cascais. Criação de um espaço verde de enquadramento, aumentando a sua relação com a zona costeira.

Requalificação dos canteiros a Norte da Quinta do Rato, Parede

Objetivo: Requalificação do espaço público

Descrição: Criação de um espaço verde de enquadramento relacionando os diferentes canteiros municipais com a intervenção da Quinta do Rato (Orçamento participativo 2012).

Requalificação dos canteiros adjacentes ao novo parque de estacionamento da Abóboda

Objetivo: Requalificação do espaço público

Descrição: Criação de um espaço verde de enquadramento ao novo Parque de Estacionamento da Abóboda em São Domingos de Rana.

Requalificação da Praceta Gil Vicente, São João do Estoril (Trabalho final)

Objetivo: Requalificação do espaço público

Descrição: Criação de um espaço verde multifuncional com zona de estadia e de recreio e com espécies aromáticas. Requalificação dos acessos e melhoria na circulação.

Requalificação da zona verde adjacente ao novo parque de estacionamento do Junqueiro, Carcavelos

Objetivo: Requalificação do espaço público

Descrição: Criação de um espaço verde de enquadramento ao novo Parque de Estacionamento do Junqueiro em Carcavelos. Plantação de uma mata ripícola para proteção da ribeira adjacente.

Requalificação do espaço verde da Rua Raul Solnado, Polima (Apenas estudo prévio)

Objetivo: Requalificação do espaço público

Descrição: Criação de um espaço verde de estadia e de lazer com um campo polidesportivo na Rua Raul Solando em Polima, São Domingos de Rana.

Para além destes, tive a possibilidade de acompanhar os seguintes 6 projetos que se apresentam de forma sintetizada nos parágrafos seguintes:

Requalificação da margem de um troço da Ribeira das Vinhas, Cascais (Arq. Inês Basto)

Objectivo: Requalificação do espaço público

Descrição: Criação de um espaço de estadia junto à Margem da Ribeira das Vinhas facilitando o acesso entre o Mercado de Cascais e a urbanização adjacente.

Lar Paroquial de Alcabideche, Alcabideche (Arq. Gonçalo Anastácio)

Objetivo: Avaliação orçamental

Descrição: Avaliação de orçamentos de diferentes empresas de construção para a requalificação do espaço exterior do Lar Paroquial de Alcabideche.

Requalificação do canteiro da Rua António Feio, Carcavelos (Arq. Rita Herédia)

Objetivo: Requalificação do espaço público

Descrição: Criação de um espaço verde de enquadramento requalificando os canteiros municipais da Rua António Feio em Carcavelos.

Requalificação da zona envolvente aos Balneários da União Recreativa e Desportiva de Tires (Arq. Rita Herédia)

Objetivo: Requalificação do espaço público

Descrição: Criação de um espaço verde de enquadramento na zona envolvente aos Balneários da União Recreativa e Desportiva de Tires

- Requalificação do espaço verde da rua Dr. Oliveira Martins, Parede (Arq. Rita Herédia)

Objetivo: Requalificação do espaço público

Descrição: Criação de um espaço verde de enquadramento na rua Dr. Oliveira Martins na Parede.

Requalificação do canteiro adjacente à Avenida Gago Coutinho, Parede (Arq. Rita Herédia)

Objetivo: Requalificação do espaço público

Descrição: Criação de um espaço verde de enquadramento requalificando os canteiros municipais na Avenida Gago Coutinho na Parede.

Requalificação da zona verde adjacente à Avenida Salgueiro Maia, Matos Cheirinhos (Arq. Rita Herédia)

Objetivo: Requalificação do espaço público

Descrição: Criação de um espaço verde de enquadramento com função de passagem e de estadia na Avenida Salgueiro Maia em Matos-Cheirinhos, São Domingos de Rana.

Durante a elaboração dos projetos, fui convidado para participar nas seguintes reuniões:

Orçamento participativo 2012 - Projeto de Requalificação da Quinta do Rato, Parede (Arq. Inês Basto)

Assunto: Segurança e condições dos equipamentos infantis na Quinta do Rato, na Parede.

Parque Marechal Carmona, Cascais (Arq. Gonçalo Anastácio)

Assunto: Instalação de equipamento para contabilizar o número de visitantes do parque

Requalificação da margem de um troço da Ribeira das Vinhas, Cascais (Arq. Inês Basto)

Assunto: Consulta pública do projeto da Ribeira das Vinhas e discussão de iluminação adequada para o projeto.

Orçamento participativo 2014 – Abrigo para gatos, São Pedro do Estoril (Arq. Gonçalo Anastácio)

Assunto: Amostra de modelos de equipamentos para abrigo dos gatos que vivem num troço de um parque em São Pedro do Estoril.

Parque infantil da Atrozela, Alcabideche (Arq. Gonçalo Anastácio)

Assunto: Segurança e condições dos equipamentos infantis no Parque Infantil da Atrozela em Alcabideche.

Requalificação da Praceta Gil Vicente, São João do Estoril (Trabalho final)

Assunto: Apresentação da proposta à Associação de Moradores da Quinta da Carreira.

Requalificação da zona verde do Alto da Castelhana, Cascais (Arq. Gonçalo Anastácio)

Assunto: Acompanhamento e esclarecimentos de implementação da obra de requalificação no Alto da Castelhana em Cascais.

Ainda ao longo deste período, tive a oportunidade de fazer as seguintes visitas:

- Visitas de avaliação dos pedidos e reclamações dos munícipes.
- Visitas de acompanhamento e apoio a obras da brigada de construção da DGEV;
- Visitas de avaliação de urbanismo
- Visitas de marcação das árvores para poda ou abate que prejudicam as instalações dos munícipes e/ou condicionam o crescimento de outras espécies.
- Iniciativas para plantações árvores na Prisão de Tires, no dia nacional da Árvore.
- Vistoria e fiscalização de projetos acompanhados e elaborados por mim.
- Visita aos viveiros municipais

É importante salientar que ao longo destes meses, além dos projetos, reuniões e visitas efetuadas, tive a oportunidade de observar determinadas situações que me fizeram evoluir profissionalmente. Os termos técnicos aplicáveis dentro do ramo profissional,

assim como a nomenclatura e o tratamento adequado para cada tipo de exemplar vegetativo contribuem bastante para o entendimento do funcionamento da obra pública. As peças de execução de obra apenas se compreendem tendo uma visão prospetiva da mesma.

As soluções técnicas que presenciamos com as obras que se vão desenvolvendo permitem pensar de uma forma longínqua, fazendo com que os projetos sejam mais duradouros e com o menor custo de manutenção possível.

3. Proposta de Requalificação da Praceta Gil Vicente

No âmbito do trabalho desenvolvido selecionou-se um dos projetos – Praceta Gil Vicente – pois constitui uma participação muito completa desde a fase de inicial de estudo prévio até à sua conclusão em obra.

3.1. Enquadramento e Análise

A área de intervenção situa-se dentro da Quinta da Carreira que tem aproximadamente 20,5 hectares e que se integra no concelho de Cascais. Esta Quinta está localizada em São João do Estoril, tendo como confrontações: a Norte, a Estrada da Alaparia; a Sul, o caminho-de-ferro e a Estrada Nacional 6 (Avenida Marginal); a Nascente, parte da Rua Alexandre Herculano, parte da Rua Arnaldo Gama e a Praceta São Pedro; e a poente a Escola Secundária São João do Estoril. Previamente à elaboração do projeto fez-se uma análise ecológica e biofísica juntamente com uma análise histórica. Depois de se definirem os objetivos da proposta, esta foi apresentada e discutida com a Associação de Moradores da Quinta da Carreira, que após a aprovação avançou para a sua realização.

Fig.3 – Plano de Pormenor da Quinta da Carreira. Fonte: GeoCascais



3.1.1. Análise Ecológica e Biofísica

Geologia

A caracterização geológica de uma região permite-nos concluir, através do conhecimento do seu substrato geológico, qual a sua capacidade face à pressão humana de modo a que o crescimento urbano se processe de uma forma equilibrada e sustentável.

A região do concelho de Cascais onde se insere a Quinta da Carreira é caracterizada geologicamente pela Formação de Caneças onde podemos encontrar essencialmente extratos rochosos de calcários, margas, arenitos e dolomitos.

Especificamente na área de intervenção lidou-se com um substrato rochoso difícil de modelar, pelo que durante a mobilização do terreno, extraíram-se grandes maciços rochosos que foram aproveitados para executar os muros de contenção.

Climatologia

A climatologia é a análise de um conjunto de fatores meteorológicos que influenciam e determinam as condições adaptativas de um determinado espaço. Estes factores são nomeadamente a Temperatura, Vento, Precipitação, Nevoeiro, Insolação e Humidade.

A proximidade do mar exerce uma influência moderadora, suavizando as amplitudes térmicas e conferindo à atmosfera um certo nível de humidade. As correntes que passam perto do litoral, assim como o facto de a sua costa ser rodeada por afloramentos costeiros com águas mais frias do fundo, refrescam as zonas costeiras durante o Verão. Por outro lado, a sua boa exposição a Sul da Serra de Sintra, abriga a freguesia protegendo-a de ventos Norte mais frios. Assim, esta região apresenta um clima propício ao turismo e recreio.

A temperatura do espaço de requalificação, face ao restante concelho é das mais altas durante o Inverno e moderadamente alta durante o Verão.

A precipitação constitui um dos fatores mais importantes, condicionando a intensidade da vegetação, a produtividade do solo e a possibilidade de qualquer tipo de recreio ao ar livre. É, a par com a temperatura, o elemento climático mais relevante para a caracterização do clima.

Na área de intervenção verifica-se que a precipitação durante o Inverno é moderadamente alta enquanto que no Verão é bastante reduzida, o que leva a que, a

vegetação, tenha uma maior necessidade hídrica nas épocas de temperaturas mais altas.

O vento, ao contrário da faixa ocidental do concelho, nesta zona é bastante moderado, acentuando-se no vale da Ribeira de Bicesse. A sua incidência é predominantemente de Norte e durante o Verão, verificando-se um maior equilíbrio nos meses de Inverno.

Para além do efeito do vento sobre a vegetação, há ainda a considerar o efeito sobre o conforto térmico humano, na medida em que interfere na apetência pelas atividades ao ar livre.

Neste caso, a Praceta Gil Vicente, encontra-se numa situação privilegiada. Apesar de se fazerem sentir os fatores referidos, estes são atenuados, uma vez que esta praceta se encontra ladeada por prédios de habitação. Assim, além dos materiais escolhidos, a vegetação foi pensada por forma a que se adaptasse a este tipo de condições climáticas.

Repercussão Territorial, Recursos hídricos e Geomorfologia

Grande parte da região de Cascais, pertence ao Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo, sendo que a Quinta da Carreira, não é exceção. Este plano tem como objetivo a definição de orientações de valorização, proteção e gestão equilibrada da água nas bacias Hidrográficas consideradas, tendo em conta uma estratégia integrada assente no desenvolvimento sustentável e na proteção ambiental.

Na extremidade Oeste da Quinta, através da topografia, conseguimos perceber a presença da Ribeira de Bicesse. A restante zona é de baixo declive (0-5%) / (5-9%) e de baixa altitude (0-50m), sendo a exposição das vertentes a Oeste.

Em climas mediterrânicos, carentes de chuvas durante a maior parte da Primavera e do Verão, a gestão e conservação dos recursos hídricos assume uma importância acrescida. De facto, nestas condições, as atividades humanas nomeadamente as atividades ao ar livre e recreio, assim como o desenvolvimento da vegetação natural, são frequentemente limitadas pelas disponibilidades hídricas, condicionando o maior ou menor uso de sistemas de rega em espaços públicos.

O terreno apresentava um declive ligeiro de 10 – 20% o que condicionou a implementação dos caminhos. Por outro lado, a presença da ribeira de Bicesse não interfere na disponibilidade hídrica da área de intervenção, levando à instalação de um sistema de rega automático.

Unidades de Paisagem e Flora/Fauna com interesse

A proximidade de Lisboa e de Cascais, a existência de boas acessibilidades e o reconhecimento de valores como a qualidade de vida, a qualidade ambiental e a proximidade do mar são alguns dos fatores que atraem a população residente ou visitante.

No entanto a paisagem humanizada é vulnerável, apresentando fragilidades e precariedade ao longo do tempo. É neste sentido que importa ordená-la, de modo a gerir a sua dinâmica, respeitando todos os sistemas que nela se encontram. No entanto a paisagem urbana vai sendo construída ao longo de várias gerações, reflexo da ação do Homem e da sua vivência, refletindo a permanente mutação em função dos valores e ideais da sociedade.

As unidades de paisagem que caracterizam a Quinta são provenientes de duas naturezas diferentes. A primeira é caracterizada pela malha urbana recente do concelho enquanto que a outra é caracterizada pelo vale da Ribeira de Bicesse. Esta última, é formada pela linha de água e normalmente apresenta solos férteis de aluviões com potencial agrícola nas suas margens.

Em relação à flora e fauna com interesse de conservação, não se encontra nenhum exemplar com interesse quer na área de intervenção, quer na zona envolvente.

Solos, uso e ocupação

A área de estudo está classificada como Área Social por pertencer à malha urbana do Concelho de Cascais, podendo apenas constatar-se que na zona Norte da Quinta da Carreira, existe uma zona junto à ribeira que tem limitações e riscos de erosão acentuados, sendo suscetível de utilização agrícola pouco intensiva. Fora da linha de

água podemos verificar uma zona com limitações e riscos de erosão moderados sendo suscetível de utilização agrícola moderadamente intensiva.

Antes da proposta de intervenção, o solo era ocupado por extração de inertes assim como deposição de resíduos e estaleiros de construção, sendo que atualmente toda a zona envolvente se encontra profundamente humanizada, apresentando características marcadamente urbanas.

Tendo em conta o rápido crescimento da ocupação humana, é importante considerar que a pressão sobre o consumo de água é diretamente proporcional à emissão de águas residuais, assim se uma aumenta, a outra consequentemente também aumentará. Por outro lado, há um aumento da impermeabilização do substrato, impedindo o solo de realizar a sua função filtrante, retendo alguns elementos químicos passíveis de causar poluição.

3.1.2. Análise Histórica

Fruto de um desenho urbano desqualificado dos anos 70, onde era patente a inexistência de espaços de fruição públicos, foi proposta a elaboração de um Plano de Pormenor designado por “Quinta da Carreira”. Esta proposta, aprovada em Reunião Pública de 20 Junho de 2005, tinha como princípios orientadores¹:

- Construção e cedência ao domínio público municipal de um parque urbano ou ecológico a implementar na zona Norte;
- Preservação, valorização e cedência ao domínio público municipal dos vários valores naturais e patrimoniais existentes, nomeadamente o espaço onde se implanta um dragoeiro classificado de interesse público, o “Pinhal Manso” e o tanque do séc. XIX assim como todas as parcelas livres de construção para integração e reforço da estrutura verde municipal;
- Cedência e criação de condições para a execução de várias infraestruturas, nomeadamente a Via Circular Nascente a São João, um equipamento desportivo e um espaço polivalente de lazer e apoio social.

¹Em Reunião Pública de 20 de junho de 2005, nos termos da proposta n.º 663/2005, foi aprovada a deliberação da elaboração do Plano de Pormenor da Quinta da Carreira.

Esta proposta veio a ser revogada, uns anos mais tarde, em Reunião de Câmara Pública de 21 de Dezembro de 2015, com a revisão do Plano Diretor Municipal de Cascais (PDM-Cascais)². Parte desta quinta histórica passou a integrar a Estrutura Ecológica Urbana tendo sido dividida em duas classificações, uma como Espaço Verde de Recreio e Produção, outra como Espaço Verde de Proteção e Conservação. A parte restante ficou classificada como Espaço Residencial.

O Espaço residencial, segundo os Estudos de Caracterização do PDM de Cascais de 2015, o qual utiliza os censos de 2001, é essencialmente caracterizado por ter uma densidade populacional alta (70 a 300 indivíduos), onde se registam famílias de 2 a 3 indivíduos com baixa dependência e com uma população muito envelhecida. Curiosamente, é das regiões do concelho com mais fogos por ha (50 a 100 fogos/ha).

A Associação de Moradores da Quinta da Carreira (AMQC), criada em 1992, em acordo com a Câmara Municipal de Cascais, conseguiu, através do Programa CEVAR, ficar responsável pelo arranjo e manutenção de alguns espaços verdes na localidade. Porém, desde há 40 anos, os moradores, têm vindo à procura de uma ocasião para a valorização desta quinta, com a criação de espaços públicos e de comércio.

Com base neste registo, foi proposto, pela mesma Associação, o desafio de requalificação da Praceta Gil Vicente.

Segundo o Plano Diretor Municipal (PDM), esta praceta está inserida em Solo urbano e está classificada como Espaço Residencial. Devido à sua localização está moderadamente suscetível ao risco de Tsunamis, cheias e inundações, pelo que é importante preservar a permeabilização.

Na sua envolvente é possível registar vários serviços (Pingo Doce, restaurantes, cafetarias, papelarias, centro de saúde, entre outros). Por estar inserida numa área residencial, é um espaço com uma boa localização e com bastante visibilidade. Tendo uma dimensão considerável, 5300 m², permite a concretização de um projeto polivalente.

A proposta presente visa a criação de um Jardim / Parque Municipal onde se pretende dar resposta ao seguinte pedido dos moradores:

²Em Reunião de Câmara Pública de 21 de dezembro de 2015, nos termos da proposta n.º 1168/2015, foi aprovada a revogação da deliberação de elaboração do Plano de Pormenor da Quinta da Carreira.

- Tendência de um espaço verde jardinado e arborizado direcionado para os mais pequenos com condições de permanência para outras idades.
- Parque infantil de grande dimensão com equipamentos (Escorregas, baloiços, etc.)
- Anfiteatro com 5 ou 6 filas de bancada, para poder realizar diferentes atividades;
- Mobiliário urbano de estadias: Mesas com bancos, bancos de jardim, etc...
- Zona de plantas aromáticas para usufruto dos moradores;
- Avaliar custos e possibilidade de instalar um Minigolfe ou outro equipamento semelhante (Proposta chumbada por excedência do orçamento disponível para o projeto e difícil de manutenção)
- Iluminação Pública

Assim, a DGEV preparou uma intervenção que visa a construção de um espaço verde com características únicas na freguesia.

3.2. Estudo Prévio

O presente projeto foi desenvolvido tendo como intenção da DGEV a requalificação da Praceta Gil Vicente, a qual tem sido alvo de inúmeros pedidos de requalificação por parte da Associação de Moradores da Quinta da Carreira.

Tendo em conta os objetivos pretendidos e a realidade local, foi elaborada uma proposta que correspondesse à expectativa dos moradores.

3.2.1. Objetivos

Tendo em conta o pedido da Associação de Moradores, os objetivos prioritários na conceção do projeto foram o proporcionar um ambiente equilibrado para os habitantes e visitantes assim como a criação de um espaço verde multifuncional.

Assim, a proposta assenta nos seguintes princípios gerais:

- Requalificação do espaço por forma a criar um espaço verde multifuncional;
- Criar um equilíbrio entre zonas pavimentadas e zonas verdes, de modo a torná-lo mais atrativo;
- Dotar o espaço de equipamentos que permitam o uso lúdico e atividades recreativas e de lazer para toda a população.

3.2.2. Caracterização da situação existente

Após as primeiras visitas ao local, conseguimos perceber que o espaço se encontrava degradado, sem uso e com vegetação com pouco interesse florístico.

No limite da intervenção é possível registar um alinhamento com cerca de 20 exemplares de *Populus alba* (choupo-branco) alternados com *Populus nigra* (choupo-negro). Além disto, a Sudeste é possível observar uma sebe de *Lantana camara* (lantana) com alguns exemplares de *Olea europaea var. sylvestris* (zambujeiro).

Destes exemplares pretendeu-se manter aqueles que se encontravam em bom estado fitossanitário.

Além da vegetação, o terreno era fortemente marcado por dois percursos utilizados pelos moradores. Um atravessava longitudinalmente o espaço no sentido Norte / Sul e outro localizava-se no extremo Sudeste.



Fig.4 – Terreno antes da intervenção Fonte: João Bernardes

3.2.3. Proposta de Arquitetura Paisagista

Assim, tentando dar resposta ao desafio lançado por parte da Associação de Moradores da Quinta da Carreira, elaborou-se uma proposta que foi apresentada em *PowerPoint*, com imagens ilustrativas (que se apresentam nas páginas seguintes) das pretensões em assembleia da associação.

Estas propostas são apresentadas em seguida:

Zona de eventos e atividades educativas

Criação de um anfiteatro com bancadas de betão embutidas no relvado que permitirá organizar eventos por parte dos moradores ou de instituições/escolas locais;



Fig.5, 6 e 7 – Figuras ilustrativas do anfiteatro natural Fonte: Ver recursos de internet

Zona recreativa

Construção de um parque infantil e espaço para jogos tradicionais por forma a proporcionar momentos de diversão e interação familiar e geracional;

Quanto ao parque infantil, acabou por ser a Empresa Municipal Cascais Ambiente que elaborou a proposta com os equipamentos e pavimentos que irão ser utilizados, uma vez que são eles que gerem e se especializam neste tipo de parques.



Fig.8, 9 e 10 – Figuras ilustrativas de interação familiar – Campo de jogos tradicionais e Parque Infantil Fonte: Ver recursos de internet

Zona de estadia

Criação de uma pequena zona de piquenique, que servirá para reunir as famílias locais/visitantes após as atividades que a proposta lhe oferece. Utilizou-se mobiliário urbano adequado para a ocasião, incluindo mesas e bancos de jardim e uma pérgula por forma a dar, desde cedo, sombra ao jardim.



Fig.11, 12 e 13 – Figuras ilustrativas de parques de merendas e pérgula de Madeira Fonte: Ver recursos de internet

Infiltração das águas superficiais

Criação de uma bacia de retenção. De modo a reduzir a pressão sobre as redes pluviais dos arruamentos, a água da chuva será conduzida para um ponto de cota mais baixo,

onde se acumula e infiltra no terreno.

Durante os períodos de maior precipitação, poderá ser visível um pequeno lago.



Fig.14, 15 e 16 – Figuras ilustrativas de bacias de retenção Fonte: Ver recursos de internet

Zona de espécies aromáticas, culinárias e medicinais

Criação de um pequeno jardim de cheiros que proporcionará diferentes texturas, aromas e cores. Propôs-se dedicar uma pequena parte da área de intervenção ao cultivo destas espécies não só para dar conhecimento da flora nacional assim como dar utilidade aos moradores/visitantes.



Fig.17, 18 e 19 – Figuras ilustrativas de jardins aromáticos Fonte: Ver recursos de internet

Enquadramento paisagístico e melhorias dos acessos

Criação de uma barreira entre a estrada e o parque, através de pequenas modelações do terreno por forma a resguardar visualmente o parque face ao movimento rodoviário. Além disso, pretende-se melhorar a circulação com a introdução da MOBI Cascais.



Fig. 20 e 21 – Figuras ilustrativas da micro-modelação e da plataforma MOBI Cascais Fonte: Ver recursos de internet

Os moradores podem aceder a um conjunto de serviços que facilitam a mobilidade dentro do concelho de Cascais.

A proposta contempla, igualmente, a requalificação dos pavimentos e lancis existentes no limite da área de intervenção e a facilidade de acessos ao jardim, nomeadamente a introdução de uma nova passadeira e a reserva de dois lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida.

Com base no que foi referido, elaborou-se um Plano Geral que contemplasse todos estas propostas.



Fig. 22 – Plano Geral – Fase de Estudo prévio (Versão 1) Fonte: Autor

3.3. Peças desenhadas

Após a apresentação do Estudo Prévio aos moradores, os quais aprovaram o programa de intervenção e propuseram novas alterações, avançou-se para o desenho das restantes peças constituintes da fase execução.

É importante referir que as peças desenhadas foram elaboradas à escala 1:200 em formato A1, sendo que as peças apresentadas em seguida são reduções em formato A3.

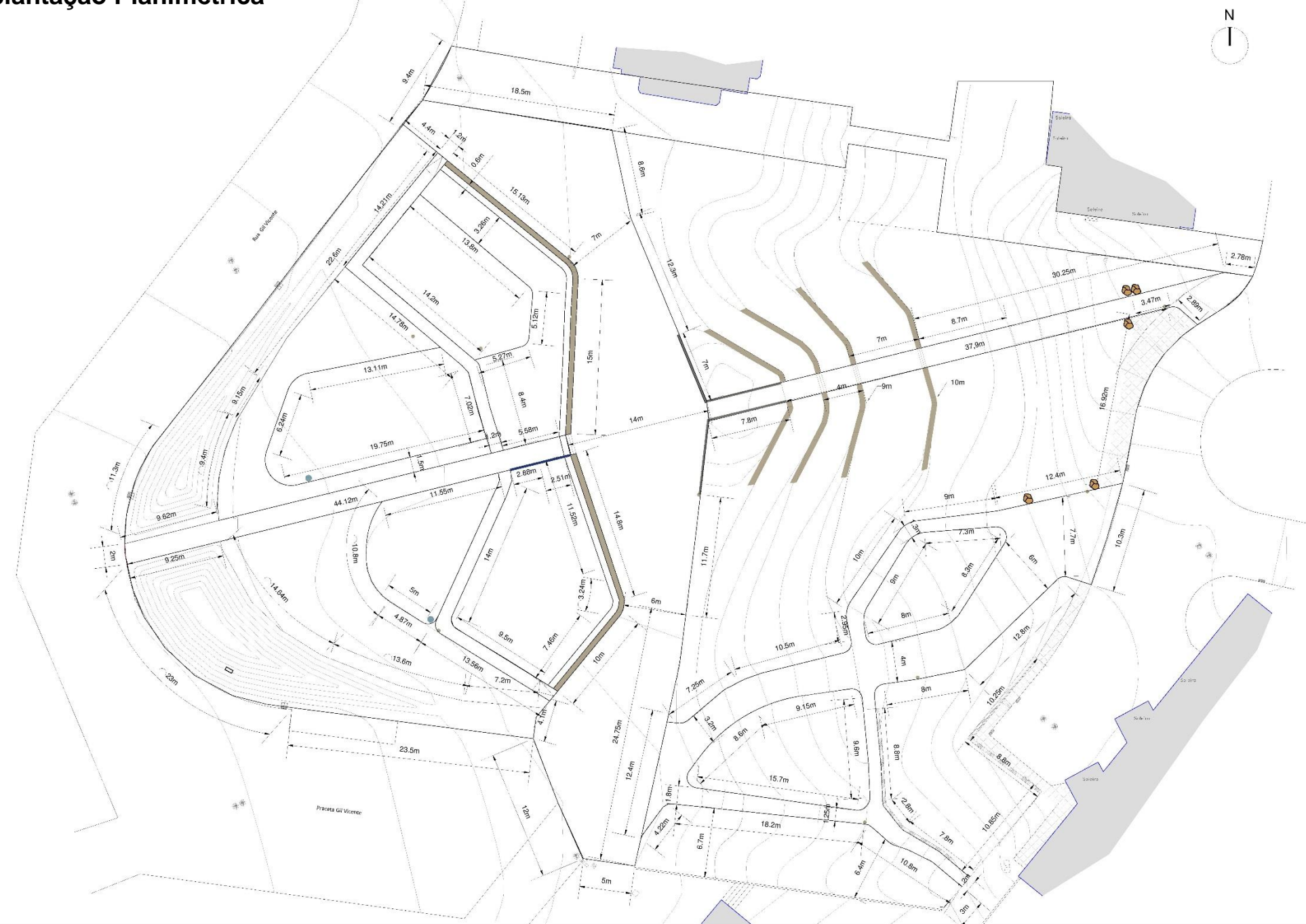
3.3.1. Plano Geral



3.3.2. Plano de Implantação Altimétrica



3.3.3. Plano de Implantação Planimétrica

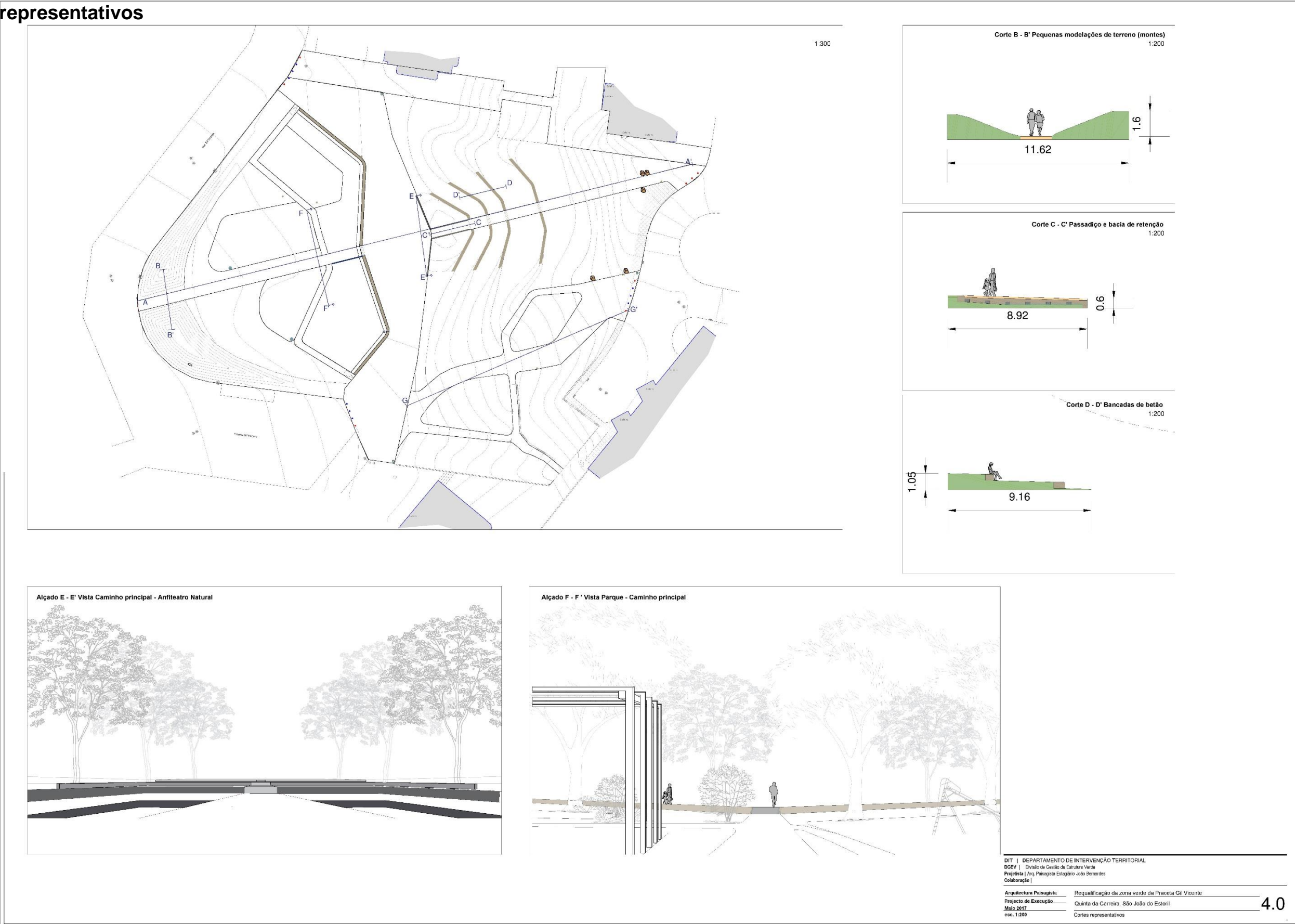


DIT | DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL
DGEV | Divisão de Gestão da Estrutura Verde
Projetista | Arq. Paisagista Estagiário João Bernardes
Colaboração |

Arquitetura Paisagista	Requalificação da zona verde da Praceta Gil Vicente
<u>Projecto de Execução</u>	Quinta da Carreira, São João do Estoril
Maio 2017	
esc. 1:200	Plano de Implantação planimétrica

3.0

3.3.4. Cortes representativos



3.3.5. Plano de Pavimentos



3.3.6. Plano de Drenagem



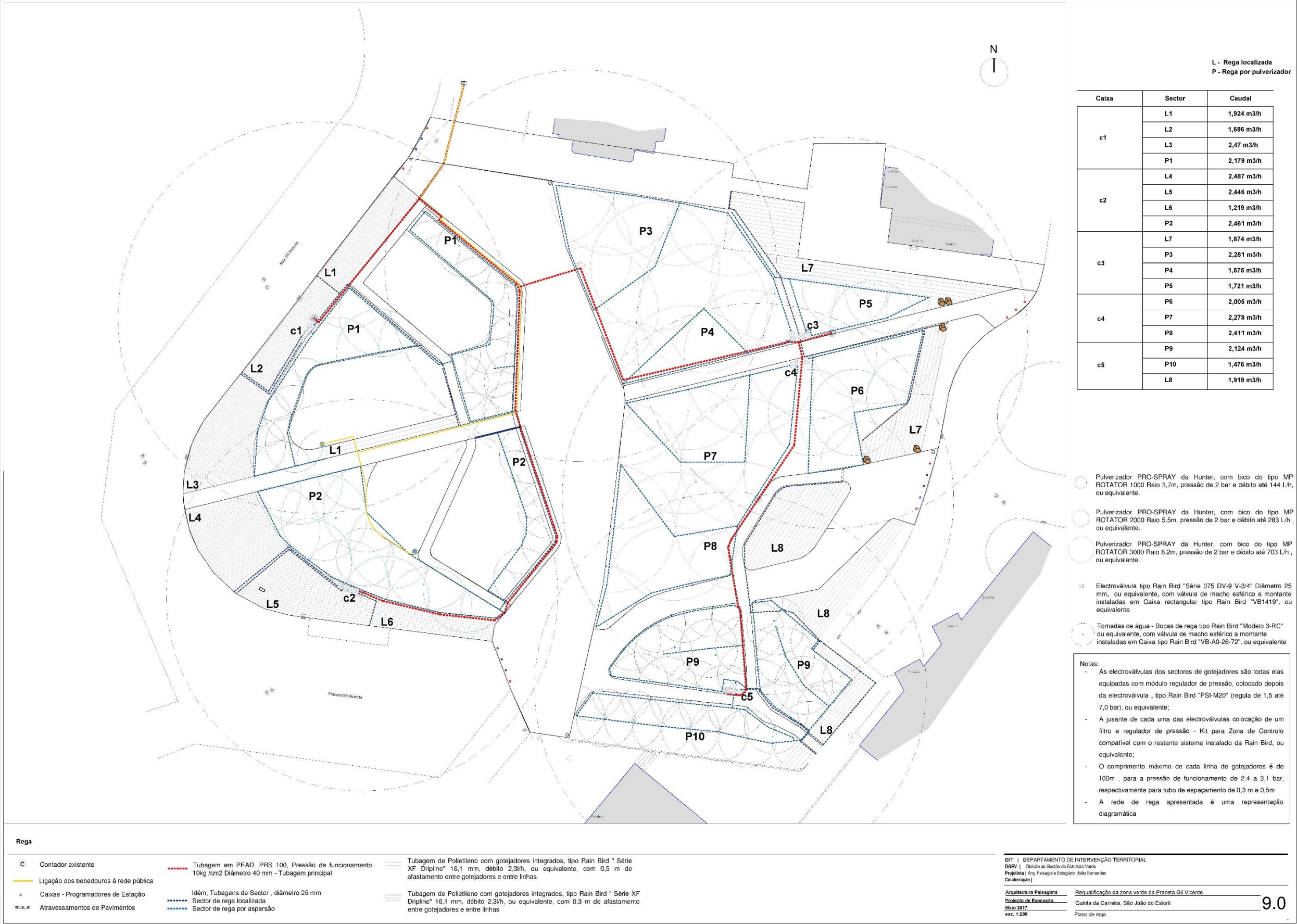
3.3.7. Plano de Plantação de Árvores e Arbustos



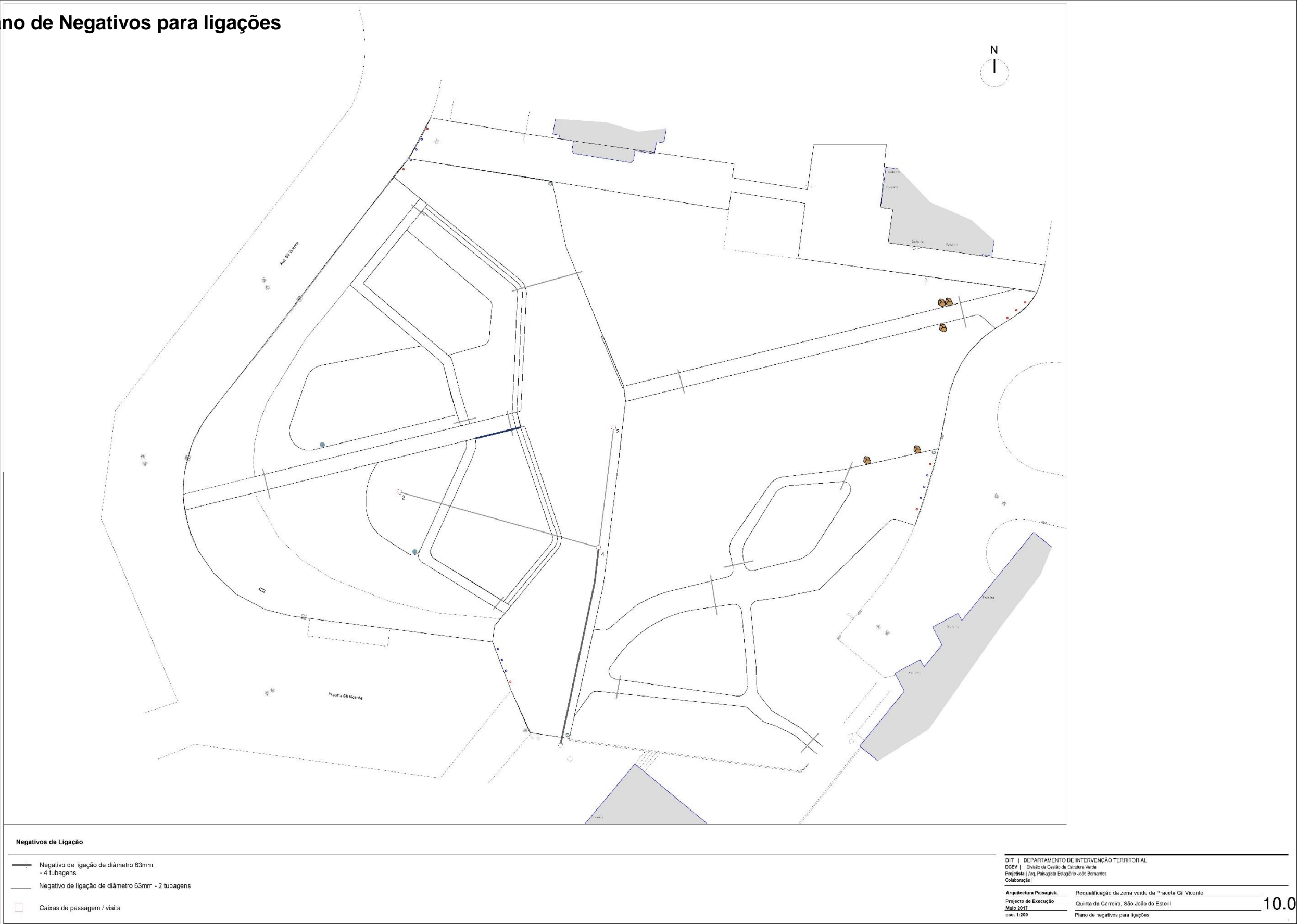
3.3.8. Plano de Plantação de Herbáceas e Sementeiras



3.3.9.Plano de Rega



3.3.10. Plano de Negativos para ligações



3.4. Projeto de execução

É importante salientar um conjunto de questões técnicas que a partir da escolha adequada dos materiais, vegetação e equipamentos enriqueceram significativamente a ideia inicial e a implementação do projeto.

Implantação altimétrica e planimétrica

Para que a proposta fosse executada, requisitou-se de início um levantamento topográfico o qual serviu de base para analisar a área do projeto e permitiu o desenvolvimento rigoroso das peças técnicas desenhadas.

Por forma a equilibrar os aterros e escavações, foi calculada, de forma pensada e cuidada, toda a modelação que se teria de efetuar.

Os caminhos foram implementados de modo a permitir o maior conforto possível, tendo no mínimo 1,2m de largura³ e, em alguns destes, facilitou-se o acesso pedonal para pessoas com mobilidade reduzida não ultrapassando os 5% de inclinação³.

A terra das "barreiras visuais" criadas com micro-modelações, à entrada Oeste do jardim, foi aproveitada pela escavação da construção do anfiteatro natural e do acerto altimétrico. Os desníveis de cotas que foram casualmente surgindo foram solucionados com muretes de contenção de pedra existente no local, resultado da mobilização do terreno.

Materiais

Os materiais utilizados, tiveram como principio a facilidade de manutenção e a elevada resistência ao risco de erosão. Assim, os materiais nos acesos pedonais serão de natureza permeável, nomeadamente o saibro e o macadame, e correspondem aos percursos que marcavam o terreno antes da intervenção, uma vez que a população local se habituou a este trajeto.

Quanto às bancadas e aos muretes, utilizou-se betão para que consiga ter bastante durabilidade e com o mínimo impacto visual possível. Alguns destes muretes funcionam

³ Segundo Normas Técnicas de Acessibilidade - DL nº163/2006 de 8 de Agosto, artigo 26º, Capítulo 4

como bancos de jardim que permitem criar pequenas zonas de estadia.

A pedra retirada foi devidamente tratada antes de serem utilizadas nos muretes de contenção de terras e as restantes foram espalhadas ao longo do projeto, devidamente enquadradas em pormenores estéticos da proposta implementada.

Vegetação

A vegetação utilizada, é de natureza ornamental, e com o intuito de oferecer alguma utilidade aos habitantes. Foi pensada por forma a que, dependendo do exemplar, as suas folhas e/ou os seus frutos pudessem ser aproveitados para uso culinário, medicinal e/ou condimentar, paralelamente à sua função estética e ornamental. Foram escolhidas as espécies que se enquadrassem nas pretensões dos moradores

Desta forma, as espécies utilizadas foram as seguintes:

Árvores

- *Ceratonia siliqua* (alfarrobeira)
- *Ginkgo biloba* (ginkgo)
- *Pinus pinea* (pinheiro-manso)
- *Quercus suber* (sobreiro)
- *Tilia x europaea* (tília)

Arbustos:

- *Arbutus unedo* (medronheiro)
- *Hebe andersonii* (verónica)
- *Hibiscus rosa-sinensis* (hibisco)
- *Laurus nobilis* (loureiro)
- *Ligustrum sinensis* (ligustro)
- *Myrtus communis* (murta)
- *Punica granatum* (romãzeira)
- *Pyracantha angustifolia* (piracanta)

Herbáceas e espécies aromáticas:

- *Allium schoenoprasum* (cebolinho)
- *Aloysia citrodora* (lúcia-lima)
- *Cymbopogon citratus* (erva-príncipe)
- *Lavandula angustifolia* (alfazema)
- *Mentha spicata* (hortelã)
- *Jasminum officinale* (jasmin)
- *Salvia officinalis* (sálvia)
- *Santolina rosmarinifolia* (santolina)
- *Thymus vulgare* (tomilho)

Revestimento vegetal:

- *Cotoneaster microphyllus* (cotoneaster)
- *Phylla ericoides* (filica)
- *Rosmarinus prostratus* (alecrim-rastejante)

Drenagem

Um dos problemas provenientes do não aproveitamento do espaço, era a sua drenagem.

As águas pluviais provenientes do mau escoamento superficial, eram armazenadas em diferentes pontos do terreno impossibilitando o seu uso.

Por forma a combater isso, a drenagem foi calculada e pensada com rigor. Ao longo de todo o espaço, instalaram-se sumidouros e/ou grelhas metálicas de modo a recolher as águas. Num dos remates dos caminhos fez-se uma caleira em blocos de betão pré-fabricados por forma a conduzir a águas aos pontos de recolha.

Assim, foi criada uma rede de drenagem interna que liga os diferentes pontos de recolha e que por sua vez liga às infraestruturas existentes no redor da área de intervenção.

Algumas dessas condutas escoam até à zona de bacia de retenção para que, durante

períodos de grande precipitação, a água se acumule toda num ponto (formando um pequeno lago) infiltrando-se lentamente. Durante o resto do ano, visualmente, esta será uma zona relvada.

Rega

A rega aplicada é de duas naturezas distintas. Na zona de relvado instalou-se rega por pulverização enquanto, nas zonas arbustivas utilizou-se rega localizada, gota-a-gota.

O sistema de rega foi calculado por forma a ter o menor custo possível assim como minimizar os consumos de água. Sendo implementado um sistema automático, as regas far-se-ão nas horas que forem programadas. Foi feita a ligação ao contador existente, e o tipo e disposição dos acessórios foram calculados consoante o seu caudal.

Os pulverizadores possuem bicos com diferentes diâmetros dependendo da área relvada a ser regada, tendo cada um, dupla sobreposição com os outros pulverizadores. Os gotejadores têm no máximo um comprimento de 100 m e o seu afastamento dependerá da densidade e disposição dos arbustos/herbáceas.

Além disto, foram instaladas bocas de rega, tomadas de água, com diâmetro de 25 a 30m, para o caso de ocorrer algum problema ou um mau funcionamento do sistema podendo, desta forma, ser regado na mesma.

A Rede de rega foi dimensionada e desenhada, de modo a que no decorrer do tempo, consoante a vegetação se vai adaptando, seja possível ir gerindo os débitos de água até ao ponto de permitir a sua remoção. Apesar da instalação da rede de água implicar um maior custo inicial e um maior consumo de água, considera-se que este investimento aumenta exponencialmente a probabilidade de sucesso do crescimento da vegetação.

Acresce ainda referir que as espécies selecionadas, estão bem adaptadas às condições edafoclimáticas presentes, reduzindo a necessidade de rega ao longo do seu desenvolvimento vegetativo.

Equipamentos Urbanos

Quanto ao mobiliário urbano, utilizaram-se equipamentos resistentes, delinhas simples e que conjugam com o restante projeto. Foram pensadas também de acordo com as expectativas da comunidade que procuravam equipamentos duradouros, pois o espaço irá ser frequentado por bastantes crianças e jovens do liceu.

Como foi referido anteriormente, os muretes de betão funcionam como bancos e têm o mesmo visual que as bacadas do anfiteatro natural.

Na zona de merendas, a pérgula é em madeira tratada por forma a tornar o espaço mais natural e será coberta com trepadeiras que permitam criar uma área de ensombramento.

As mesas e bancos de jardim também são em betão, tendo um aspeto bastante semelhante aos muretes.



Fig.23, 24 e 25 – Figuras ilustrativas do bebedouro, mesas de jardim e pérgula Fonte: Catálogo da Leais & Oliveira, Lda.

Ao longo do percurso e das áreas de estadia foram instalados bebedouros e papelarias. Os primeiros terão uma base de betão por forma a combinar com os muretes, enquanto que as papelarias seguem o modelo tipo da Empresa Municipal Cascais Ambiente e foram afixadas pela mesma.

Parque infantil

O parque infantil, uma vez que a Empresa Municipal Cascais Ambiente tem técnicos especializados neste tipo de intervenções, foi dada a responsabilidade para a sua implementação e escolha dos equipamentos.

Ainda assim, conta com uma nova gama de equipamentos infantis que abrange um leque de idades entre crianças mais novas e adolescentes. Devido ao risco de queda, o pavimento de segurança é em borracha sintética azul e amarela enquanto que nas passagens é alternada em placas laranjas e cinzas.

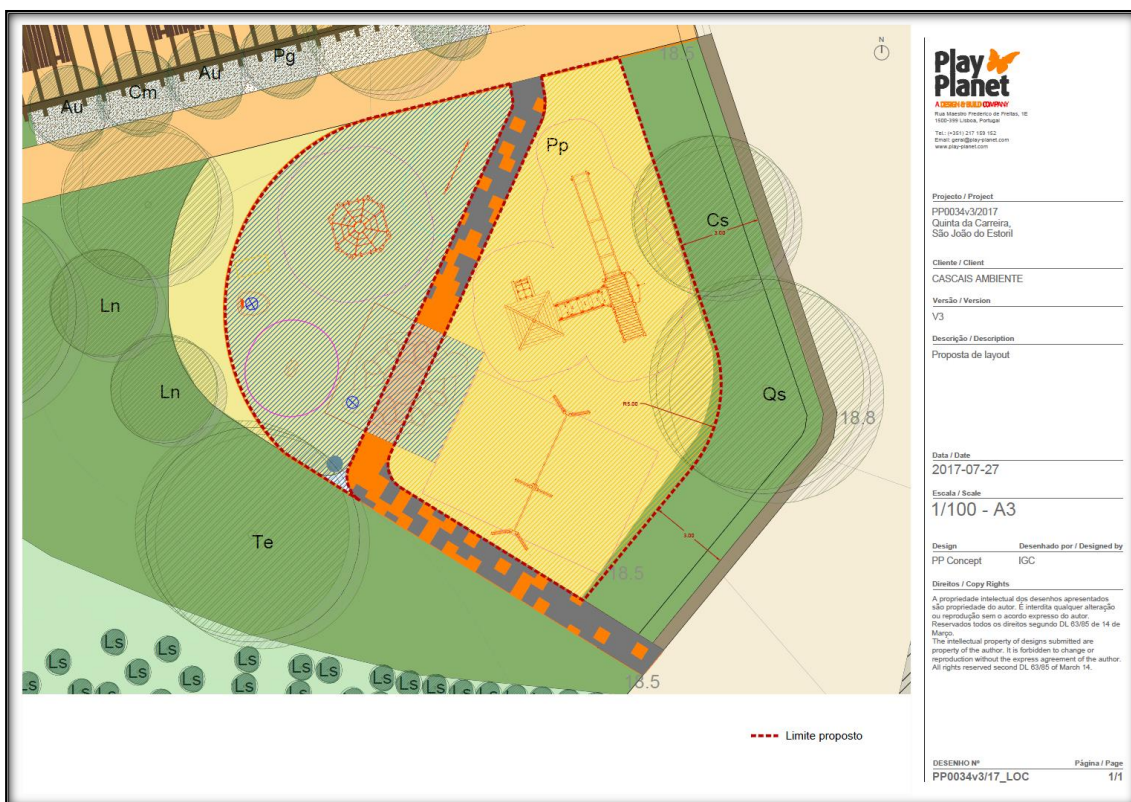


Fig.26 – Proposta dos equipamentos infantis pela Cascais Ambiente: Fonte Cascais Ambiente

Ligações

É importante ainda salientar que durante a implementação do projeto, deixaram-se negativos para fazer as ligações necessárias tanto para os equipamentos infantis como para a instalação da MOBI Cascais. Uma vez que ocorrerão eventos e atividades na zona de anfiteatro, deixaram-se também negativos para que, quando for preciso, se possa fazer a passagem das ligações para qualquer tipo de instalação de equipamento que possa eventualmente surgir.

Deve-se ainda referir que, devido à urgência da obra e o constante contacto entre o empreiteiro e o projetista, os pormenores de construção foram decididos durante a obra em mútuo acordo entre os diretores de obra, pelo que não foi elaborado um plano de pormenores de construção e não estará presente nas restantes peças desenhadas.

As outras peças foram desenhadas no seu devido tempo, tendo sido aprovadas pelo meu orientador e sempre com o conhecimento do empreiteiro.

3.5. Estimativa de custos (1ªVersão)

Inicialmente o custo do projeto foi estimado por forma a não exceder a verba de 150.000€. No entanto, pelo facto de ser um espaço polivalente com vários tipos de equipamentos, foi considerada a necessidade de flexibilizar este valor às necessidades reais.

É importante referir que a estimativa de custos apresentada foi a primeira versão elaborada em que, ao longo da implementação, teve de se reduzir ligeiramente o custo de algumas componentes e substituir alguns equipamentos.

Todos estes valores foram consultados a partir de catálogos obtidos e/ou por experiência e acompanhamento de outros projetos.

Quadro 3 - Estimativa de Custos do Jardim da Praceta Gil Vicente (1ª Versão)					
Item	Designação	Un.	Quant.	Preço unitário	Preço total
0	Estaleiro e Placa de Obra				
0.1	Montagem de estaleiro, incluindo vias de acesso, caminhos de circulação, vedações, sinalização de segurança, instalações provisórias destinadas ao pessoal e a sua desmontagem, bem como todos os trabalhos necessários à execução da obra. Nota: Quaisquer licenças necessárias à realização da obra ou pedidos de instalação de contadores de água, eletricidade, ligação de ramal de esgotos e apoio da Polícia são da responsabilidade do empreiteiro.	Vg	1	5 250 €	5 250 €
0.2	Fornecimento e colocação de placa de obra com 1,40 x 1,70 m em alumínio extrudido, conforme desenho tipo da CMC, fixa em tubos de ferro metalizado a quente e pintado a tinta de esmalte com maciço ao chão, incluindo abertura de caixa, remoção dos produtos sobranes a vazadouro autorizado, considerando empolamento, remoção da placa no final da obra, arranque do maciço, tapamento e remates na zona das bases de	vg	1	250 €	250 €

	fixação, bem como todos os trabalhos necessários.				
1	Preparação do terreno				
1.1	Identificação, sinalização e proteção mecânica dos elementos vegetais existentes a preservar, através de borrachas ou painéis de madeira durante a execução da obra, incluindo todos os trabalhos necessários.	vg	1	500 €	500 €
1.2	Limpeza dos terrenos, incluindo a remoção a vazadouro de toda a vegetação infestante e sem interesse conservacionista, dos lixos e produtos resultantes, conforme indicações da fiscalização.	m2	5300	0,50 €	2 650 €
1.3	Mobilização dos terrenos, nas áreas a plantar e semear, no mínimo a 0,30 m de profundidade incluindo a sua despedrega e remoção de entulhos e elementos grosseiros a vazadouro.	m2	3298,25	1,50 €	4 947,38 €
1.4	Fornecimento e espalhamento de terra preparada, nas manchas de plantação e áreas de sementeira, em camada final de 0,20 m de espessura, acrescidos de 1,0 m3 por cada árvore.	m3	710,65	20 €	14 213 €
1.5	Fornecimento e aplicação de uma tela <i>root control</i> , tipo <i>ROOTBARRIER 325-100 da Nova Relva</i> , ou equivalente, com 1 m de altura por forma a impedir o crescimento das raízes das árvores existentes, incluindo abertura e fecho de valas e todos os trabalhos necessários.	ml	105,28	12 €	1 263 €
2	Modelação e Movimento de terras				
2.1	Escavação em qualquer tipo de terreno, incluindo o transporte, carga e descarga de excedentes para o local da obra ou para vazadouro autorizado.	m3	409	8,0 €	3 272 €
2.2	Aterro executado com terras provenientes da escavação do terreno.	m3	247,14	4,0 €	989 €

3	Pavimentos e remates				
3.1	Pavimento em Macadame				
3.1.1	Fornecimento e execução de pavimento com pó-de-pedra em camada de 10 cm, sobre a camada base em tout-venant com 0,20 m de espessura com material de granulometria extensa, devidamente compactada e regada, incluindo escavação e todos os trabalhos necessários.	m2	798,88	12	9586,56
3.2	Pavimento em Saibro estabilizado				
3.2.2	Fornecimento e execução de pavimento saibro estabilizado de granito com mistura de cal à razão de 5/1, em camada de 10 cm, sobre a camada base em tout-venant com 0,20 m de espessura com material de granulometria extensa, devidamente compactada e regada, incluindo escavação e todos os trabalhos necessários.	m2	773,63	20 €	15472,6
3.3	Pavimento em Calçada de Calcário				
3.3.1	Requalificação da calçada de calcário existente bem como os lancis correspondentes, incluindo os trabalhos necessários.	m2	540,36	15 €	8105,4
3.3.2	Assentamento de calçada de vidro branco (5x5 cm) com aproveitamento de pedras removidas de local de obra, assente sobre camada de cimento e areia ao traço 1:6, com 0,05 m de espessura, sobre a camada base em tout-venant com 0,15 m de espessura, com material de granulometria extensa, devidamente compactada e regada, incluindo escavação, tomada de juntas, bem como todos os trabalhos necessários.	m2	51,27 €	20 €	1025,4
3.4	Revestimento em Areão Rolado em Parque Infantil				

3.4.1	Fornecimento e espalhamento de areão em camada de 0,40 m, lavado e crivado e de 3 a 6mm de granulometria e manta geotêxtil, sobre camada base de brita com granulometria de 32 mm, em camada de 0,20 m para camada drenante na zona de areão, sobre terreno natural, nas zonas de equipamentos, incluindo escavação dobras e sobreposições, rega e compactação, bem como todos os trabalhos necessários.	m2	242	20,00 €	4840
3.5	Pavimento em Pó de Pedra - Jogos Tradicionais				
3.5.1	Fornecimento e execução de pavimento em pó de pedra, em camada de 5 cm, sobre a camada base em tout-venant com 0,10 m de espessura com material de granulometria extensa, devidamente compactada e regada, incluindo escavação e todos os trabalhos necessários.	m2	135,15	10 €	1351,5
3.6	Pavimento em grelhas de enrelvamento em pvc - 0,60 m de largura	m2	37,65	20 €	753
3.7	Remates de pavimento				
3.7.1	Lancil Calcário - a refazer.	ml	113,34	12	1360,08
3.7.2	Lancil Calcário – novo.	ml	26,57	17	451,69
3.7.3	Lancil de betão.	ml	504,81	14	7067,34
3.7.4	Caleira em blocos de betão.	ml	248,64	20	4972,8
3.7.5	Lancil em borracha reciclada – PI.	ml	86,2	20	1724
4	Rede de Drenagem - ver projeto de especialidade	m2	1996,41	12,5	24955,125
4.1	Caleiras.	ml			
4.2	Coletores.	ml			
4.3	Caixas de visita.	uni			
4.4	Caixas de passage.	uni			
4.5	Sumidouros.	uni			
4.6	Poços drenantes.	uni			
4.7	Valas cegas.	ml			
4.8	Ligação à rede do arruamento.	uni			
4.9	Sumidouros - reforço no arruamento.				

5	Rede de Infraestruturas - ver projeto de especialidade				
5.1	Negativos para ligação de iluminação.	ml	214,54	12	2574,48
5.2	Idem, para ligação de rede elétrica.	ml	82,27	12	987,24
5.3	Idem, para ligação de rede de telecomunicações.	ml	82,27	12	987,24
5.4	Idem para rede de água de ligação aos bebedouros.	ml	100,56	12	1206,72
6	Plantações				
6.1	Fornecimento e plantação de árvores, conforme peças desenhadas, incluindo todos os trabalhos.	uni.	51	75 €	3825
6.2	Fornecimento e plantação de arbustos, conforme peças desenhadas, incluindo todos os trabalhos.	uni.	148	8 €	1 184 €
6.3	Fornecimento e plantação de espécies aromáticas, culinárias e medicinais, conforme peças desenhadas, incluindo todos os trabalhos.	m2	287,67	12,00 €	3 452 €
6.4	Fornecimento e plantação de trepadeiras ou subarbustos, em modelações de terreno, conforme peças desenhadas, incluindo todos os trabalhos.	m2	335,32	8,00 €	2 683 €
6.5	Sementeira de Relvado à razão de 40g/m2 da mistura tipo ou equivalente "Tuareg" da Nova Relva, incluindo todos os acessórios e trabalhos necessários.	m2	2637,6	4,00 €	10 550 €
7	Estruturas e equipamentos urbanos				
7.1	Fornecimento e colocação de mesa de exterior em material reciclado, tipo Rústica da Extruplás 2,00 x 1,5 x 0,75 m, ou equivalente, incluindo todos os trabalhos necessários.	uni.	5	500 €	2500
7.2	Fornecimento e colocação de bancos de jardim com costas em material reciclado da Extruplás, tipo "Trás-os-Montes" ou	uni.	6	210 €	1260

	equivalente, incluindo todos os trabalhos necessários.				
7.3	Fornecimento e instalação de suporte em ferro galvanizado para fixação da papelreira, incluindo abertura de cova e execução de fundação em betão para papelreira modelo fornecido pela Cascais Ambiente, incluindo montagem, fixação e todos os trabalhos necessários. Trabalho sem fornecimento de papelreira.	m2	8	15 €	120 €
7.4	Fornecimento e instalação de bebedouros duplos circulares metálicos do tipo "Serafina" da <i>Fabrigimno</i> , ou equivalente, incluindo todos os trabalhos necessários.	uni.	3	600 €	1 800 €
7.5	Fornecimento e colocação de pilarete à distância de 1,5 m, tipo Movicidade Mod. 1020/101 ou equivalente, retráctil, incluindo todos os trabalhos necessários.	uni.	9	100 €	900 €
7.6	Fornecimento e colocação de pilarete à distância de 1,5 m, tipo Movicidade Mod. 1020/101 ou equivalente, fixo incluindo todos os trabalhos necessários.	uni.	8	70 €	560 €
7.7	Construção de murete de betão <i>in situ</i> , descofrado, para contenção de terra, com dimensões L= 0,5 m, embutido no terreno, incluindo todos os trabalhos necessários.	ml	188	100 €	18 800 €
7.8	Fornecimento e instalação de pérgula em material reciclado da Extruplás ou equivalente, incluindo todos os trabalhos necessários.	m2	158	95 €	15 010 €
7.9	Fornecimento e instalação de equipamento para estacionamento de bicicletas, do tipo Lagoa Extruplás, ou equivalente, incluindo montagem, fixação e todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua execução conforme projeto.	uni.	2	300 €	600 €
7.10	Fornecimento e instalação de vedação em rede ovelheira com 800 mm de altura.	ml	72,71	20,0 €	1454,20

	Pilares intermédios e escoras em madeira torneada Ø 80x1750 mm.				
7.11	Fornecimento e instalação de portão para a vedação	uni.	2	170,0 €	340
7.12	Instalação de posto do Mobi Cascais, conforme detalhes técnicos, incluindo todos os trabalhos e fornecimentos - ver projeto de especialidade.	uni.	1		
8	Sistema de Rega				
8.1	Fornecimento e instalação do sistema de rega localizada, incluindo todos os acessórios e encargos necessários assim como o seu transporte, armazenagem, triagem em obra ou em operador licenciado, tratamento, valorização e/ou eliminação dos resíduos resultantes.	m2	623	5,0 €	3115
8.2	Fornecimento e instalação do sistema de rega por aspersão, incluindo todos os acessórios e encargos necessários assim como o seu transporte, armazenagem, triagem em obra ou em operador licenciado, tratamento, valorização e/ou eliminação dos resíduos resultantes.	m2	2675,26	5,0 €	13376,3
9	Equipamentos infantis				
	A fornecer pela Cascais Ambiente				
10	Manutenção				
10.1	Execução de serviços de manutenção às zonas verdes e de limpeza das áreas pavimentadas, de acordo com os trabalhos incluídos no respetivo caderno de encargos, incluindo todos os trabalhos e fornecimentos, após receção provisória e até à receção definitiva.	Mês	12	1 060,00 €	12 720 €
				Total	215 005 €
				Custo / m2	40,57 €

3.6. Acompanhamento e fiscalização de obra

Neste capítulo apresentam-se as imagens do acompanhamento efetuado ao longo da implementação da obra:

As fotografias tiradas durante a fase de construção são da minha autoria enquanto que as da fase de inauguração foram tiradas pela Associação de Moradores da Quinta da Carreira.

Fase de construção: Junho 2017 (Fig. 27 a 40)



Requalificação do Espaço Público: Jardim da Praceta Gil Vicente



Agosto 2017 (Fig. 41 a 61)



Requalificação do Espaço Público: Jardim da Praceta Gil Vicente



Setembro 2017 (Fig. 49 a 61)



Requalificação do Espaço Público: Jardim da Praceta Gil Vicente



Fase de inauguração (Fig. 62 a 80)



Requalificação do Espaço Público: Jardim da Praceta Gil Vicente



Requalificação do Espaço Público: Jardim da Praceta Gil Vicente



CONCLUSÃO

Esta dissertação permitiu-me aprofundar conhecimentos sobre o espaço público, estudando as várias teorias de profissionais que desenvolveram diversos trabalhos e obras sobre esta temática, e que será sempre importante para quem, tal como eu, esteja interessado em trabalhar no projeto de espaços verdes públicos.

Por outro lado, o estágio proporcionado pela Câmara Municipal de Cascais, contribuiu bastante para o meu desenvolvimento pessoal e profissional, quer pela experiência que adquiri na área de projeto, quer pela possibilidade da sua execução e também pelo contacto com as entidades locais, que me ajudaram a conhecer o espaço nas suas vertentes humanas/históricas e socioculturais.

Como em todos os empreendimentos existem fatores externos que condicionam o seu desenvolvimento, por vezes são situações imprevisíveis que conduzem à necessidade de alteração, noutros casos, são fruto de uma realidade local que melhoram significativamente o resultado final.

No projeto em causa, a vegetação e alguns equipamentos urbanos foram alterados devido à sua quantidade e/ou indisponibilidade por parte das empresas fornecedoras. Além disso, devido às condições climáticas, alguns trabalhos preparatórios e no decorrer da obra, sofreram atrasos condicionando o tempo útil de execução da obra assim como o desenvolvimento vegetativo das espécies utilizadas.

Ao longo do acompanhamento e fiscalização da obra, e ao se aproximar a época eleitoral, constatou-se alguma pressão no sentido de se querer inaugurar atempadamente, o que foi conseguido em detrimento de alguns trabalhos que beneficiariam de mais tempo de concretização.

A transformação de uma área degradada e/ou sem uso num espaço público requalificado, implica a adoção de um conjunto de características fundamentais para que se torne atrativo, útil e interativo para toda a população. A criação destes espaços deverá ainda ter em conta, a viabilidade económica do projeto, a metodologia aplicada para o desenho urbano e a sua adaptação ao contexto local.

A participação ativa da população local é fundamental para o sucesso da criação do próprio espaço público, uma vez que a sua implementação interfere na dinâmica social, económica e cultural da comunidade onde se insere. A requalificação não se distingue apenas pela execução da obra, mas sim pelo conjunto de todas as componentes intrínsecas e extrínsecas.

Quando o projeto é concebido apenas do ponto de vista estético, não envolvendo os moradores, poderá proporcionar situações de abandono ou de não integração nesse espaço. Por outro lado, importa desenvolver junto das comunidades uma consciência territorial que leva a elaboração de ações e atividades promovendo a manutenção e utilização ativa do próprio espaço.

Por fim, apesar de ter desenvolvido o presente projeto individualmente, é importante realçar que só foi possível com a cooperação de várias entidades envolvidas, nomeadamente a associação dos moradores que transmitiu o desafio e os objetivos pretendidos para o espaço. É importante conhecer cada entidade e qual o seu papel, para que seja possível de uma forma organizada implementar o projeto criando um espaço público requalificado.

BIBLIOGRAFIA

- Bertaud, Alain. - *Metropolis: A Measure of the spatial Organizations of 7 large cities.*
Unpublished Working paper. 2001
- Borja, Jordi; MUXI, Zaída – *El Espacio Público y la Ciudadania.* Barcelona: Electa, 2000
- Brandão, Pedro – *O Chão da Cidade – Guia de avaliação do design de espaço público.*
Lisboa: Centro Português de Design, Abril de 2002
- Brandão, Pedro – *O Sentido da Cidade – Ensaio sobre o mito da imagem como arquitetura.* Lisboa: Livros Horizonte, Janeiro 2011
- Caldeira Cabral, F. – *Fundamentos da arquitetura paisagista* – Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza, 2003
- Caneira, Mafalda. Metodologias e Estratégias de Requalificação do Espaço Público Urbano do Município de Oeiras. Caso de Estudo: Figuerinhas, Oeiras. Tese de Mestrado em Arquitetura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa 2017
- Carmona, M.; Tiesdell, S; Heath, T; Oc T. *Public Places, Urban Spaces: The dimensions of urban design.* Segunda edição, Architectural Press, 2010.
- Collen, Gordon – *Paisagem Urbana.* Lisboa: Edições 70, 1971
- Fernandes, I.N.C.C. *Requalificação do espaço público urbano. Caso de estudo-Bairro do Olival de Fora.* Tese de Mestrado em Arquitetura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: 2012
- Hutchison, Edward – *Drawing for Landscape Architecture – Sketch to Screen to Site.* Thames & Hudson, London, 2011
- Lynch, Kevin – *A Boa Forma da Cidade.* 1ª Edição. Lisboa: Edições 70, 1999
- Lynch, Kevin – *A Imagem da Cidade.* Lisboa: Edições 70, Fevereiro 1960
- Marcus, C., C. Watsky, E. Insley & C. Francis -. "*Neighborhood Parks*". *Em: People Places Design Guidelines for Urban Open Space*, 85–148. John Wiley & Sons, Inc, 1998
- Mendes, Vitor – *Manual das Associações de Moradores.* Câmara Municipal de Cascais. Setembro 2010

Magalhães, M.R. - *A Evolução do Conceito de Espaço Verde Público Urbano*., AGROS 2, 1992

Neufert, Peter – *Casa – Apartamento – Jardim*. 1ª Edição. Editorial Gustavo Gili, Dezembro 1999

PPS. - *Project for Public Spaces, Power of 10 - Place*. 2012 Obtido de <http://www.pps.org/reference/streets-as-places/power-of-10-place/>

PPS. - *Project for Public Spaces, What makes a successful Space*. 2012 Obtido de <http://www.pps.org/reference/grplacefeat/>

PPS. – Project for Public Spaces, *Placemaking and the Future of Cities*, 2012

Richard, Rogers; Gumuchdjian, Philip – *Cidades Para um Pequeno Planeta*. 1ª edição, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2012

Thompson, C., P. Aspinall & S. Bell - *Innovative Approaches to Researching Landscape and Health*, 2010

Thompson, C. & P. Travlou - *Open Space People Space*. Oxon: Taylor & Francis, 2007

Recursos de internet

Fontes das Imagens

Fig. 5 - <http://olhares.sapo.pt/anfiteatro-colina-de-camoes-foto4738768.html>

Fig. 6

http://www.corkmidsummer.com/content/cache/content/events/DSC_1090_1154_462_90_s_c1_c_c.JPG

Fig .7 - http://www.galeriemagazine.com/wp-content/uploads/2017/07/8668639687_e0e8269900_b-1024x768.jpg

Fig 8 - <http://obidosdiario.com/site/wp-content/uploads/2017/10/Petanca.jpeg>

Fig.9 - http://www.cm-santiagocacem.pt/wp-content/uploads/Parque_Infantil_Ermidas_Aldeia_inauguracao-10.jpg

Fig.10 -

http://i.cbc.ca/1.3556440.1461803648!/fileImage/httpImage/image.jpg_gen/derivatives/16x9_1180/toronto-jeff-healey-park.jpg

Fig.11 - http://www.cm-lisboa.pt/uploads/pics/tt_address/lxi-3798-01.jpg

Fig.12- <http://www.floresefolhagens.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Suportes-para-Trepadeiras-8.jpg>

Fig. 13 - http://www.descubra-ansiao.com/pic/info/galeria/p_merendas_mel_3_4e42c2f018db1.jpg

Fig. 14 - <http://www.fulltextnews.com/wp-content/uploads/2016/04/Detention-Pond-Design.jpg>

Fig. 15 - <http://www.lakefrontinc.com/images/pond.jpg>

Fig. 16 - <http://www.storm-tex.com/wp-content/uploads/2012/11/pond700.jpg>

Fig. 17 - https://www.almostlocals.com/wp-content/uploads/2015/11/fundacao_serralves_04_201115.jpg

Fig. 18 - <http://feelingmadeira.acifccim.pt/uploads/locaisInteresse/72/large/jardins%20de%20planta%20aromaticas.JPG>

Fig. 19 - <https://biosabermais.files.wordpress.com/2008/06/aromaticas-3-small.jpg>

Fig. 20 - http://1.bp.blogspot.com/-XIMbs4UiuWE/TISkEpn0c-I/AAAAAAAAACbE/hgd_x5tZNqs/s1600/DSCF8120ass.JPG

Fig. 21 - http://dicasepistas.pt/tr-edit/wp-content/uploads/2016/08/MOBICASCAIS11_1.png

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Deliberação da elaboração de Plano de Pormenor da Quinta da Carreira – Reunião pública de 20 de Junho de 2005 Fonte: Câmara Municipal de Cascais

ANEXO 2 – Revogação da deliberação de elaboração de Plano de Pormenor da Quinta da Carreira – Reunião Pública de 21 de Dezembro de 2015 Fonte: Câmara Municipal de Cascais

ANEXO 3 - Propostas da Associação de Moradores da Quinta da Carreira (AMQC) para a elaboração do Jardim da Praceta Gil Vicente - Fonte: Associação de Moradores da Quinta da Carreira (AMQC)

ANEXO 4 – Apresentação do estudo prévio da Proposta de Requalificação da Praceta Gil Vicente aos moradores Fonte: Próprio

REUNIÃO DE ____/____/2005

PROPOSTA N.º 1083/2005



PELOURO: URBANISMO

ASSUNTO: REG° URB-I-N° 6821/2005

RECTIFICAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 20 DE JUNHO DE 2005
PLANO DE PORMENOR

LOCAL: QUINTA DA CARREIRA-SÃO JOÃO DO ESTORIL

NOME: CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

Considerando que:

- a. Por deliberação de Câmara de 20 de Junho de 2005 foi aprovada a elaboração do Plano de Pormenor da "Quinta da Carreira" e respectivos princípios orientadores-termos de referência;
- b. Na fase da publicitação do referido Plano verificou-se que por lapso não foi definido o prazo para a sua elaboração;

Proponho que:

A Câmara delibere nos termos do artº 74º do Decreto Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto Lei nº 310/2003, de 10 de Setembro, o prazo de 18 meses para a elaboração do **Plano de Pormenor da Quinta da Carreira**, contados a partir da data da publicação da deliberação em Diário da República, mantendo-se inalterados os restantes parâmetros anteriormente aprovados.

Cascais, 6 de Setembro de 2005

António d'Orey Capucho
(Presidente da Câmara Municipal de Cascais)

Resultado da deliberação

Aprovado por maioria, com 3 votos contra dos Srs.
Vereadores do PS.

HS



REUNIÃO DE 06/06/2005

PROPOSTA 663/2005



ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DA CARREIRA



CONSIDERANDO QUE:

- a) A área da Quinta da Carreira que se propõe submeter a Plano de Pormenor se encontra fortemente marcada por deficientes níveis de infra-estruturação, fruto de um desenho urbano desqualificado que remonta aos anos 70, onde é patente a inexistência de espaços de fruição públicos;
- b) O actual PDM não responde eficazmente ao problema acima mencionado e antes estabelece uma expectativa de edificabilidade manifestamente excessiva numa lógica de ordenamento desadequada;
- c) Tais constrangimentos físicos e urbanísticos implicam, por um lado, a redução das áreas máximas de construção, e, por outro, a definição de tipologias diferenciadas de habitação colectiva de modo a libertar os terrenos necessários à concretização de anseios dos moradores e de assegurar a execução de obra pública;
- d) Foi suspenso o Alvará de licença de construção 1563, aprovado por Despacho de 2 de Fevereiro de 2001, com os fundamentos no Despacho nº 68/2002 de 13 de Fevereiro de 2002;
- e) Impõe-se a criação neste espaço de um parque urbano ou parque ecológico, a salvaguarda de um tanque do séc XIX, do dragoeiro classificado e do "Pinhal Manso", tal como é reclamado pelos residentes e pela Associação de Moradores da Quinta da Carreira;
- f) A elaboração de um Plano de Pormenor constitui o instrumento urbanístico mais adequado para assegurar o conjunto de obra pública subjacente à intervenção desejada, designadamente pela afectação dos terrenos necessários à construção da Via Circular Nascente a S. João, assim como à definição dos princípios de gestão fundiária num contexto de ordenamento urbano que melhor responda às necessidades da zona;
- g) A presente proposta mereceu acolhimento unânime em reunião da Associação dos Moradores da Quinta da Carreira aberta a moradores, reunida em 2005-05-21.

PROPONHO QUE:

1. A Câmara Municipal de Cascais determine ao Gabinete de Estudos Urbanos (Departamento de Urbanismo), nos termos do artº 74º e nº 1 do artº 118º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, a elaboração de um Plano de Pormenor designado por "Quinta da Carreira" delimitada a Nascente pela projectada Via Circular Nascente a S. João, a Sul pela linha do comboio, a Poente pela Av. Alexandre Herculano e a Norte pela Estrada da Alapraia, conforme planta anexa, num total de cerca de 20,5 ha, com os seguintes princípios orientadores:

- a) Construção e cedência ao domínio público municipal de um parque urbano ou parque ecológico a implantar na zona Norte, hoje delimitada no PDM como REN, preservando os caminhos das oliveiras e a vegetação ripícola, bem como recuperando e requalificando o antigo poço;
 - b) Preservação, valorização e cedência ao domínio público municipal dos vários valores naturais e patrimoniais existentes, nomeadamente o espaço onde se implanta o dragoeiro classificado de interesse público - conforme aviso publicado na II série do Diário da República nº 223, de 26 de Setembro de 1995 -, o "Pinhal Manso" e o tanque do séc. XIX, assim como todas as parcelas livres de construção para integração e reforço da estrutura verde municipal;
 - c) Cedência e criação de condições para a execução de várias infra-estruturas, nomeadamente a Via Circular Nascente a S. João, um equipamento desportivo e um espaço polivalente de lazer e apoio social.
2. O somatório da área de construção para além do valor estabelecido no alvará 62, não poderá ultrapassar os 19.500 m² distribuídos do seguinte modo:
- a) Edifício(s) habitacional(is), no antigo lote do cinema, com um máximo de 2.200 m² em 3 pisos acima da cota de soleira, sendo o remanescente terreno cedido para domínio público, devidamente ajardinado e com equipamento infantil apropriado;
 - b) Um edifício de comércio ou serviços junto ao tanque, com um máximo de 1.200 m² em dois pisos acima da cota de soleira;
 - c) Conjunto habitacional na área delimitada pelo futuro Parque Ecológico e pelo Pinhal Manso, com um máximo de 16.100 m² e até 9 pisos acima da cota de soleira.
3. Nos termos do nº 2 do artº 77º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, se estipule um prazo de 30 dias para a apresentação de informações, questões ou sugestões a serem analisadas e consideradas na elaboração do Plano de Pormenor.



António d'Orey Capucho
António d'Orey Capucho
(Presidente da Câmara Municipal de Cascais)



Cascais, 2005-05-23

Votação em especialidade:

Ponto 1 — 1 abstenção dos Srs. Vereadores da CDU

*Ponto 2 — 3 votos contra dos Srs. Vereadores do PS
+ 1 abstenção da CDU.*

Requalificação do Espaço Público: Jardim da Praceta Gil Vicente



DEPARTAMENTO DE URBANISMO
GEUR - GABINETE DE ESTUDOS URBANOS

DESIGNAÇÃO DO DESENHO

LIMITES DO PLANO DE PORMENOR - QUINTA DA CARREIRA

ESCALA 1:5000



12

1

PROPOSTA A REUNIÃO DE CÂMARA

Data: 21/12/2015

Proposta nº 1168 | 2015

Pelouro: **Planeamento do Território**

Assunto: **Revogação da deliberação que determinou a elaboração do Plano de Pormenor da Quinta da Carreira**

Considerando que:

- a) Através da deliberação camarária de 20 de junho de 2005, consubstanciada na Proposta n.º 663/2005, retificada pela Proposta n.º 1083/2005 de 20 de setembro – que se anexam à presente Proposta e dela fazem parte integrante – foi determinada a elaboração do Plano de Pormenor da Quinta da Carreira (PPQC);
- b) A elaboração do PPQC fundou-se primordialmente no facto do Plano Diretor Municipal de Cascais (PDM-Cascais), então em vigor, não conseguir responder eficazmente às soluções de reordenamento urbano pretendidas, pelos proprietários dos terrenos, para a área da Quinta da Carreira, designadamente ao nível de espaços de fruição públicos;
- c) Os mesmos proprietários se desinteressaram pelo assunto e não retomaram o contacto com a CMC, não tendo inclusivamente participado na Discussão Pública da Revisão do PDM-Cascais onde já constava a classificação/qualificação que veio a ser aprovada;
- d) As regras de classificação e de uso de solo que resultam agora da Revisão do PDM-Cascais publicada no Diário da República - 2.ª série, Nº. 124, Parte H, de 29 de junho, através do Aviso n.º 7212-B/2015, para a zona em causa permitem objetivamente conformar as pretensões de base do município para o local.

CASCAIS

CÂMARA MUNICIPAL

2



Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

Revogar a deliberação camarária de 20 de junho de 2005, a que se refere a Proposta n.º 663/2005, retificada pela Proposta n.º 1083/2005 de 20 de setembro, que determinou a elaboração do Plano de Pormenor da Quinta da Carreira, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 169.º do Código do Procedimento Administrativo.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal,

15-12-2015

X Miguel Pinto Luz

Assinado por: MIGUEL MARTINEZ DE CASTRO PINTO LUZ

APROVADO POR UNANIMIDADE

, o Movimento Independente
"Ser Cascais" apresentou declaração
de voto.

3
1
Cascais
Câmara Municipal



REUNIÃO DE ____/____/2005

PROPOSTA Nº. 1083/2005

PELOURO: URBANISMO

ASSUNTO: REG° URB-I-N° 6821/2005

RECTIFICAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 20 DE JUNHO DE 2005
PLANO DE PORMENOR

LOCAL: QUINTA DA CARREIRA-SÃO JOÃO DO ESTORIL
NOME: CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

Considerando que:

- Por deliberação de Câmara de 20 de Junho de 2005, foi aprovada a elaboração do Plano de Pormenor da "Quinta da Carreira" e respectivos princípios orientadores-termos de referência;
- Na fase da publicitação do referido Plano verificou-se que por lapso não foi definido o prazo para a sua elaboração;

Proponho que:

A Câmara delibere nos termos do artº 74º do Decreto Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto Lei nº 310/2003, de 10 de Setembro, o prazo de 18 meses para a elaboração do Plano de Pormenor da Quinta da Carreira, contados a partir da data da publicação da deliberação em Diário da República, mantendo-se inalterados os restantes parâmetros anteriormente aprovados.

Cascais, 6 de Setembro de 2005

António d'Orey Capucho
(Presidente da Câmara Municipal de Cascais)

Resultado da deliberação

Aprovado por maioria, com 3 votos contra dos 5.
Votações de PS



REUNIÃO DE 06/06/2005

PROPOSTA 663/2005



ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DA CARREIRA



CONSIDERANDO QUE:

- a) A área da Quinta da Carreira que se propõe submeter a Plano de Pormenor se encontra fortemente marcada por deficientes níveis de infra-estruturação, fruto de um desenho urbano desqualificado que remonta aos anos 70, onde é patente a inexistência de espaços de fruição públicos;
- b) O actual PDM não responde eficazmente ao problema acima mencionado e antes estabelece uma expectativa de edificabilidade manifestamente excessiva numa lógica de ordenamento desadequada;
- c) Tais constrangimentos físicos e urbanísticos implicam, por um lado, a redução das áreas máximas de construção, e, por outro, a definição de tipologias diferenciadas de habitação colectiva de modo a libertar os terrenos necessários à concretização de anseios dos moradores e de assegurar a execução de obra pública;
- d) Foi suspenso o Alvará de licença de construção 1563, aprovado por Despacho de 2 de Fevereiro de 2001, com os fundamentos no Despacho nº 68/2002 de 13 de Fevereiro de 2002;
- e) Impõe-se a criação neste espaço de um parque urbano ou parque ecológico, a salvaguarda de um tanque do séc XIX, do dragoeiro classificado e do "Pinhal Manso", tal como é reclamado pelos residentes e pela Associação de Moradores da Quinta da Carreira;
- f) A elaboração de um Plano de Pormenor constitui o instrumento urbanístico mais adequado para assegurar o conjunto de obra pública subjacente à intervenção desejada, designadamente pela afectação dos terrenos necessários à construção da Via Circular Nascente a S. João, assim como à definição dos princípios de gestão fundiária num contexto de ordenamento urbano que melhor responda às necessidades da zona;
- g) A presente proposta mereceu acolhimento unânime em reunião da Associação dos Moradores da Quinta da Carreira aberta a moradores, reunida em 2005-05-21.

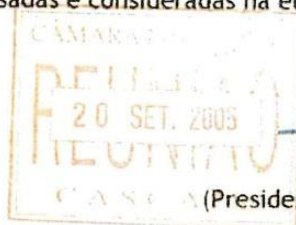
PROPONHO QUE:

- 1. A Câmara Municipal de Cascais determine ao Gabinete de Estudos Urbanos (Departamento de Urbanismo), nos termos do artº 74º e nº 1 do artº 118º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, a elaboração de um Plano de Pormenor designado por "Quinta da Carreira" delimitada a Nascente pela projectada Via Circular Nascente a S. João, a Sul pela linha do comboio, a Poente pela Av. Alexandre Herculano e a Norte pela Estrada da Alapraia, conforme planta anexa, num total de cerca de 20,5 ha, com os seguintes princípios orientadores:

Requalificação do Espaço Público: Jardim da Praceta Gil Vicente

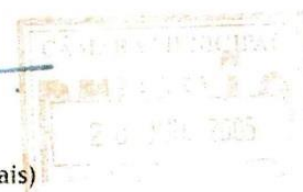
5

- a) Construção e cedência ao domínio público municipal de um parque urbano ou parque ecológico a implantar na zona Norte, hoje delimitada no PDM como REN, preservando os caminhos das oliveiras e a vegetação ripícola, bem como recuperando e requalificando o antigo poço;
 - b) Preservação, valorização e cedência ao domínio público municipal dos vários valores naturais e patrimoniais existentes, nomeadamente o espaço onde se implanta o dragoeiro classificado de interesse público - conforme aviso publicado na II série do Diário da República nº 223, de 26 de Setembro de 1995 -, o "Pinhal Manso" e o tanque do séc. XIX, assim como todas as parcelas livres de construção para integração e reforço da estrutura verde municipal;
 - c) Cedência e criação de condições para a execução de várias infra-estruturas, nomeadamente a Via Circular Nascente a S. João, um equipamento desportivo e um espaço polivalente de lazer e apoio social.
2. O somatório da área de construção para além do valor estabelecido no alvará 62, não poderá ultrapassar os 19.500 m² distribuídos do seguinte modo:
- a) Edifício(s) habitacional(is), no antigo lote do cinema, com um máximo de 2.200 m² em 3 pisos acima da cota de soleira, sendo o remanescente terreno cedido para domínio público, devidamente ajardinado e com equipamento infantil apropriado;
 - b) Um edifício de comércio ou serviços junto ao tanque, com um máximo de 11.200 m² em dois pisos acima da cota de soleira;
 - c) Conjunto habitacional na área delimitada pelo futuro Parque Ecológico e pelo Pinhal Manso, com um máximo de 16.100 m² e até 9 pisos acima da cota de soleira.
3. Nos termos do nº 2 do artº 77º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, se estipule um prazo de 30 dias para a apresentação de informações, questões ou sugestões a serem analisadas e consideradas na elaboração do Plano de Pormenor.



António d'Orey Capucho

António d'Orey Capucho
(Presidente da Câmara Municipal de Cascais)



Cascais, 2005-05-23

Votação na especialidade:

Ponto 1 — 1 abstenção dos Ss. Vereadores da CDU

*Ponto 2 — 3 votos contra dos Ss. Vereadores do PS
+ 1 abstenção da CDU.*

Requalificação do Espaço Público: Jardim da Praceta Gil Vicente



DEPARTAMENTO DE URBANISMO
GEUR - GABINETE DE ESTUDOS URBANOS
DESIGNAÇÃO DO DESENHO
LIMITES DO PLANO DE PORMENOR - QUINTA DA CARREIRA



ESCALA 1:5000

CÂMARA MUNICIPAL
RECEBIMOS
21 DEZ. 2015
CASCAIS



AMQC – Associação de Moradores da Quinta da Carreira

Propostas Praceta Gil Vicente

Área do terreno - 5.300 m²

Tendencialmente será um espaço verde jardinado e arborizado direcionado para os mais pequenos com condições de permanência para outras idades.

Propostas:

- Parque infantil de grande dimensão com equipamentos (escorregas, baloiços, etc.);
- Anfiteatro com 5 ou 6 filas de bancada, para poder realizar actividades;
- Mobiliário Urbano de estada, Mesas com bancos, Bancos de Jardim, etc... ✓
- Zona de plantas aromáticas para que os moradores possam colher;
- Avaliar custos e possibilidade de instalar um Mini-golfe ou outro equipamento semelhante.
- Iluminação Pública ← DOVI/DEIP

- Quiosque / explanada

Praceta Gil Vicente

São João do Estoril

Requalificação da zona verde da Praceta Gil Vicente

Apresentação aos moradores

Maio, 2017



● DMGIT. DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO E INTERVENÇÃO TERRITORIAL
DIT. DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL
DGEV. DIVISÃO DE GESTÃO DA ESTRUTURA VERDE

CASCAIS.
CÂMARA MUNICIPAL

Situação Existente

Área de intervenção - 5300 m²

Existem no local:

- *Populus alba* (choupo-branco) e *Populus nigra* (choupo-negro);
- Sebe de *Lantana camara* (lantana) com alguns exemplares de *Olea europaea var. sylvestris* (zambujeiro)
- Dois percursos utilizados pelos moradores. Um atravessa o espaço de Norte a Sul , outro localiza-se no extremo Sudeste.



Proposta



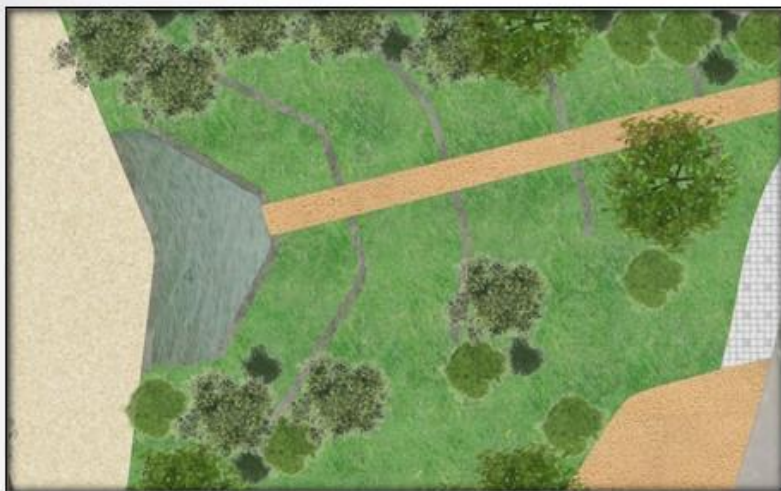
- Espaço verde multifuncional
- Equilíbrio entre zona verde e zona pavimentada
- Uso lúdico e actividades recreativas e de lazer para toda a população

Proposta



- 1 – Anfiteatro Natural
- 2 – Zona Recreativa
 - 2.1 – Jogos Tradicionais
 - 2.2 – Parque infantil
 - 2.3 – Parque canino
- 3 – Parque de Merendas
- 4 – Bacia de retenção
- 5- Jardim dos cheiros

Anfiteatro



1 - Zona de eventos e actividades educativas.

Criação de um anfiteatro com bancadas de betão embutidas no relvado que permitirá organizar eventos por parte dos moradores ou de instituições/escolas locais;



Parque recreativo



2 - Zona recreativa

Construção de um parque infantil, espaços para jogos tradicionais e um parque canino para proporcionar momentos de diversão e interação familiar e geracional.



Parque de merendas

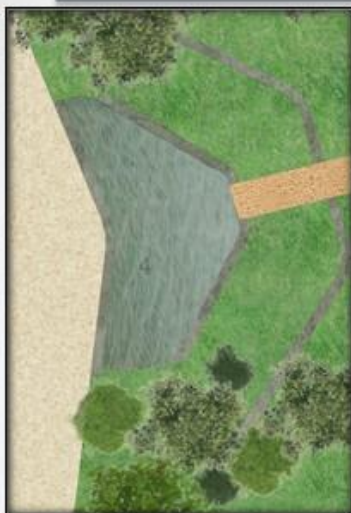


3 - Zona de estadia

Criar-se-á uma pequena zona de piquenique, que servirá para reunir as famílias locais/visitantes após as actividades que a proposta lhe oferece.



Bacia de retenção



4 – Infiltração das águas superficiais

De modo a reduzir a pressão sobre as redes pluviais dos arruamentos, a água da chuva será conduzida para um ponto baixo, onde se acumula e infiltra no terreno.

Durante os períodos de maior precipitação, poderá ser visível um pequeno lago.



Jardim dos cheiros



5 - Zona de espécies aromáticas, culinárias e medicinais.

Pequeno jardim de cheiros que propocionará diferentes texturas, aromas e cores. Quer-se dar a conhecer a flora nacional e suas utilidades aos moradores e visitantes.



Modelação e Vegetação



Criação de uma barreira entre a estrada e o parque, através de pequenas modelações do terreno (montes) por forma a resguardar visualmente o parque face ao movimento rodoviário.



Pinheiro manso



Tília



Alfarrobeira



Medronheiro



Pilriteiro



Romanzeira



Loureiro



Sanguinho-das-sebes

Equipamentos infantis

